

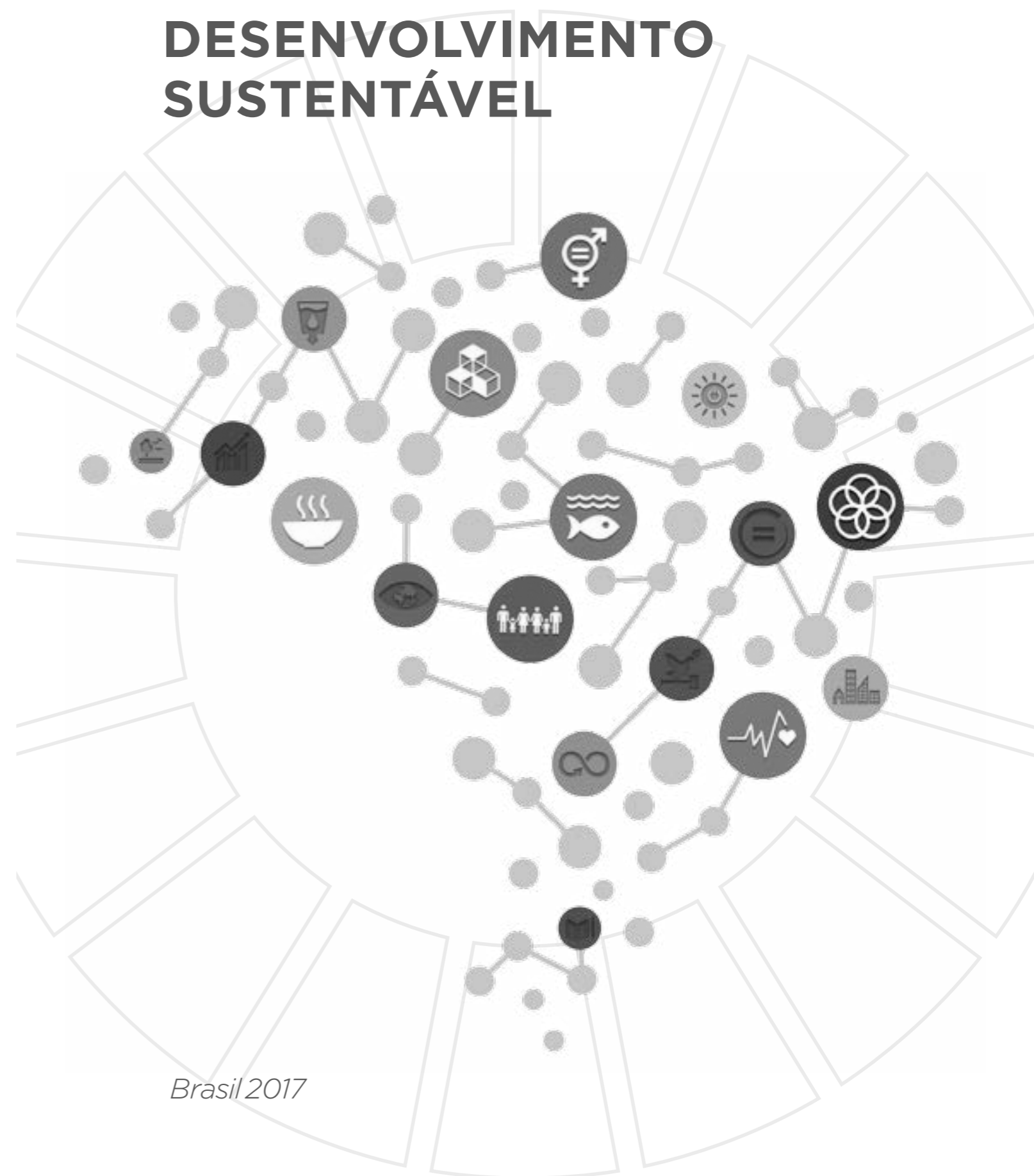
RELATÓRIO NACIONAL
VOLUNTÁRIO SOBRE OS
**OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



Brasil 2017

RELATÓRIO NACIONAL
VOLUNTÁRIO SOBRE OS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Brasil 2017

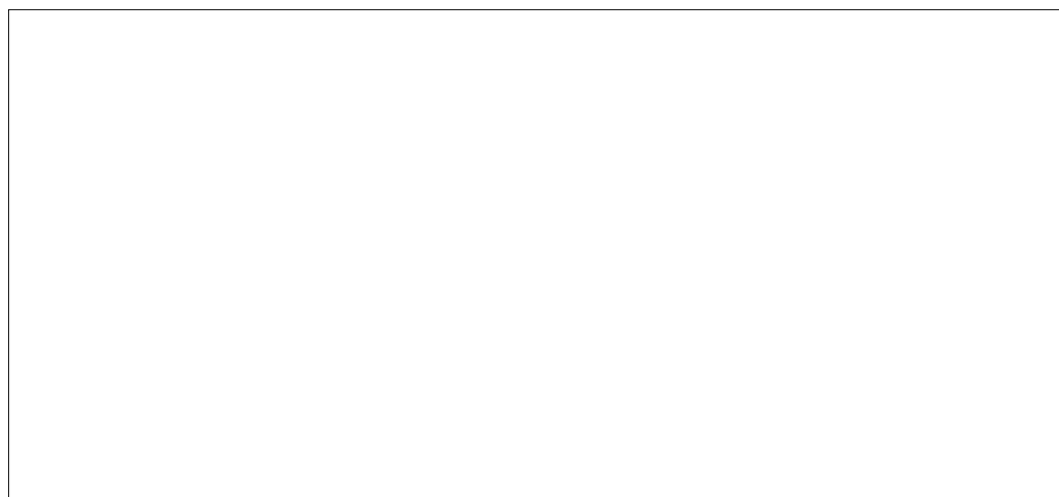
Copyright © 2017 - Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.planalto.gov.br).

Publicação em formato digital. Produzido no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FICHA CATALOGRÁFICA

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for the catalog card information.

Esta publicação foi elaborada pela Secretaria de Governo da Presidência da República e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com supervisão da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O Governo Federal agradece o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para tradução, diagramação e impressão desta edição do Relatório Nacional Voluntário.

APRESENTAÇÃO	07	8. ERRADICAR A POBREZA E PROMOVER PROSPERIDADE EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO	49
PREFÁCIO	09	ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	52
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	11	ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	55
2. O BRASIL EM NÚMEROS	15	ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	57
3. ESTRATÉGIAS PARA INCORPORAR A AGENDA 2030	19	ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	60
4. CONVERGÊNCIA ENTRE A AGENDA 2030 E O INSTRUMENTO NACIONAL DE PLANEJAMENTO	25	ODS 9: Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação	62
5. MECANISMO DE GOVERNANÇA PARA OS ODS	29	ODS 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	65
6. INICIATIVAS PARA ALCANCE DOS ODS	33	ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	68
6.1. Iniciativas da Sociedade Civil	34	9. CONCLUSÕES, DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS	71
6.2. Iniciativas dos Governos Subnacionais	37		
6.3. Iniciativas do Legislativo	39		
6.4. Iniciativas do Órgão de Controle	40		
7. INDICADORES	43		
7.1. Atuação do Brasil na construção dos indicadores globais e regionais	44		
7.2. Indicadores nacionais	45		

APRESENTAÇÃO

Este relatório é resultado do primeiro esforço sistemático de avaliação, pelo Brasil, do cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Constitui, também, exercício de prestação de contas, em primeiro lugar perante a sociedade brasileira, das medidas que nosso Governo vem adotando em nome de um país mais próspero e justo, com oportunidades para todos – inclusive para as gerações futuras.

Nosso primeiro passo, para restituir essa perspectiva aos brasileiros, foi enfrentar a crise fiscal que acometera o Brasil e que comprometera não só o crescimento da economia, gerando desemprego e pobreza, mas a própria capacidade do Estado de levar adiante políticas públicas nas áreas social e ambiental.

No Brasil, aprendemos, na prática, que é vazio falar em *responsabilidade social* e em *responsabilidade ambiental* na ausência de *responsabilidade fiscal*. Ao repor ordem nas finanças públicas, recuperamos a confiança que se traduz em mais investimentos de qualidade, em mais atividade econômica, em mais trabalho decente. Ao tratar com seriedade o dinheiro dos impostos pagos pelo cidadão, resgatamos espaço orçamentário para que o Estado cumpra o papel de eficiência que dele se espera numa democracia como a nossa: eficiência para prover serviços básicos como educação e saúde, eficiência para manter e aprimorar os necessários programas de transferência de renda e de habitação popular, eficiência para garantir meios sustentáveis de produção.

Em todos os nossos esforços, é central a marca do diálogo – diálogo com a sociedade, diálogo com o Congresso Nacional. Se elegemos a responsabilidade como princípio, fizemos do diálogo nosso método.

Na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, respondemos fielmente a esse espírito de escuta e de construção conjunta. Para converter a Agenda 2030 em realidade, o Governo brasileiro adotou modelo participativo, que se beneficia de aportes dos níveis municipal, estadual e federal, assim como dos mais variados segmentos sociais. Dada a natureza abrangente e multidisciplinar da Agenda 2030, nem poderia ser de outro modo.

Este documento também contém um diagnóstico dos desafios com que ainda nos defrontamos em nossa luta pela erradicação da pobreza. Constitui, por isso mesmo, uma ferramenta de trabalho para todos que se dedicam à causa da Agenda 2030.

É longo o percurso pela frente. Mas os avanços que o relatório registra nos dão a certeza de que caminhamos na direção certa, e as recomendações que contempla, a segurança para seguir adiante.

Michel Temer
Presidente da República

PREFÁCIO

Em setembro de 2015, 193 Estados-membros da ONU reuniram-se na sede da instituição em Nova Iorque e acordaram tomar medidas transformadoras para colocar o mundo em um caminho sustentável. Adotaram uma nova agenda global comprometida com as pessoas, o planeta, a promoção da paz, da prosperidade e de parcerias: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 engloba 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, os quais, por sua vez, listam 169 metas, todas orientadas a traçar uma visão universal, integrada e transformadora para um mundo melhor. Os ODS foram construídos, de forma participativa, tendo como base a bem-sucedida experiência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), responsável por grandes avanços na promoção do desenvolvimento humano entre 2000 e 2015.

O Brasil foi exemplo de sucesso durante a vigência dos ODM, pois, com os esforços conjuntos de governo, sociedade civil, especialistas em desenvolvimento, academia, setor privado, entre outros setores, o País alcançou e superou a maioria das metas dos ODM antes de 2015. Confiamos que esse importante legado, somado à liderança do Brasil nas negociações que levaram à adoção da Agenda 2030, reforce o compromisso com o alcance dos ODS até o ano de 2030.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas desafiam todos os países a serem

ambiciosos e inovadores a fim de estabelecer meios de implementação inclusivos, eficientes e transparentes para tornar realidade essa complexa agenda de desenvolvimento, do nível global ao subnacional.

Tais meios de implementação, conforme preconizado pelo documento *“Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”*, incluem, entre outros, a mobilização de recursos financeiros, o desenvolvimento de capacidades, o financiamento público internacional e a disponibilidade de dados de alta qualidade, atualizados, confiáveis e desagregados. Ou seja, soluções multidimensionais para desafios multidimensionais.

Assim, para que a Agenda 2030 seja efetivamente implementada, os governos têm a responsabilidade primária de realizar acompanhamento e revisão, tanto em âmbito nacional quanto regional e global, do progresso alcançado na implementação dos Objetivos e metas até 2030.

Nesse sentido, o Brasil está especialmente em situação de vantagem, por apresentar, pouco menos de dois anos após a adoção da Agenda 2030, seu primeiro Relatório Nacional Voluntário no Fórum Político de Alto Nível de 2017, que terá como foco da revisão os ODS 1, 2, 3, 5, 9 e 14, e como tema central *“Erradicar a Pobreza e Promover a Prosperidade em um Mundo em Transformação”*. Este primeiro Relatório será de extrema relevância para a continuidade dos exercícios de acompanhamento e revisão do progresso dos ODS no País.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

Além da substantiva atuação do Brasil no fórum global, o comprometimento interno com a implementação dos ODS foi impulsionado com a criação, em 2016, da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mecanismo institucional de coordenação essencial para o alcance dos ODS no País.

As Nações Unidas reconhecem que o acompanhamento e a revisão do progresso na implementação dos Objetivos e suas metas dependem não apenas dos esforços multissetoriais e da coordenação interinstitucional - liderada, no caso do Brasil, pela Presidência da República - como também da definição de indicadores e disponibilidade de dados. Essas são as principais ferramentas de aferição do alcance do progresso, e a disponibilidade de dados desagregados é condição básica para que as pessoas e grupos mais vulneráveis sejam priorizados no caminho do desenvolvimento sustentável.

As Nações Unidas no Brasil reconhecem, ainda, os importantes esforços empenhados até o momento por parte das instituições, e igualmente por parte das organizações da sociedade civil e dos cidadãos em geral, no sentido de assegurar que essa Agenda seja incorporada no trabalho e na vida cotidianos dos brasileiros e das suas instituições.

O Brasil está no caminho do desenvolvimento sustentável e as Nações Unidas continuam apoiando a integração e a aceleração da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todo o País, em todos os setores. Esperamos que esta parceria se fortaleça cada vez mais, a fim de que os ODS sejam alcançados sem que ninguém seja deixado para trás.

Niky Fabiancic

Coordenador Residente da ONU no Brasil
Representante Residente do PNUD no Brasil

O presente Relatório Nacional Voluntário tem por objetivo informar sobre o processo de preparação do Brasil para a implementação da Agenda 2030, desde a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015, quando o Governo Federal assumiu o compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De início, são exibidas informações que caracterizam o Brasil a partir de dados sociais, econômicos e ambientais. No capítulo seguinte são apresentados os passos que o País vem trilhando para a construção de estratégias de internalização e de interiorização da Agenda 2030.

No capítulo 4 é apresentado o estudo realizado sobre a convergência do instrumento de planejamento e execução de políticas públicas do Governo Federal com as metas dos ODS. Ao analisar a relação dos programas, objetivos, metas e iniciativas do Plano Plurianual 2016-2019 com as 169 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi possível identificar o alinhamento já existente entre a Agenda 2030 e o principal instrumento de planejamento do Governo Federal.

Em face dos desafios trazidos pela nova Agenda, o capítulo 5 apresenta a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como mecanismo institucional de governança que potencializa o diálogo, a articulação e a integração das iniciativas realizadas pelos entes federais, subnacionais e pela sociedade civil, com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030.

As iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, governos subnacionais, Poder Legislativo e órgão de controle são abordadas no capítulo 6. Para a elaboração desse relato, diversos atores foram convidados a compartilhar suas experiências, que demonstram a amplitude e a pluralidade de iniciativas já em curso no País em favor dos ODS.

A fim de construir a base para o acompanhamento das metas de desenvolvimento sustentável propostas pela Agenda da ONU, aponta-se, no capítulo 7, o relevante papel internacional desempenhado pelo Brasil na condução das discussões sobre a formulação de indicadores globais, além de tratar do processo de definição dos indicadores nacionais.

Conforme temática central do Fórum Político de Alto Nível de 2017: *Erradicando a Pobreza e Promovendo Prosperidade em um Mundo em Transformação*, o capítulo 8 discorre sobre os resultados alcançados pelo Brasil nos anos recentes, assim como os esforços do atual Governo, relativos aos ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14 e 17.

Na dimensão social, são apresentados os avanços nas áreas de erradicação da pobreza e da fome, da promoção de vidas saudáveis e da igualdade de gênero. Na dimensão econômica, apontam-se ações que suscitam maior disciplina fiscal e ampliação dos investimentos em infraestrutura como grandes desafios do Governo brasileiro. Na dimensão ambiental, menciona-se que a matriz energética brasileira permanece como uma das mais limpas do mundo. Ademais, o aumento da eficiência do setor é uma estratégia essencial, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, e dialoga diretamente com os objetivos da Agenda 2030.

Para além dos desafios de curto prazo que o País vem enfrentando e vencendo, notadamente na questão econômica, com as reformas estruturantes apresentadas pelo Governo Federal, que estão sendo discutidas e aprovadas pelo Poder Legislativo, há inúmeros outros de média e longa duração, seja no que diz respeito à manutenção, fortalecimento e ampliação dos avanços recentes, seja no que tange à progressão para novas conquistas.

Os próximos passos compreendem o aprimoramento da gestão pública, desde a produção de estatísticas à execução de programas setoriais, passando pelo exercício da governança, da articulação de redes de atores, assim como pela otimização e sustentabilidade do gasto público.

Este primeiro Relatório Nacional Voluntário é, portanto, um retrato dos avanços e dos desafios que deverão orientar os esforços de planejamento e de monitoramento das políticas públicas brasileiras nos próximos anos. O presente documento constitui, assim, um diagnóstico inicial do País e das ações ainda necessárias rumo à erradicação da pobreza e à promoção de um Brasil mais próspero e sustentável.

OBJETIVOS ENFATIZADOS NO RELATÓRIO



2

O BRASIL
EM NÚMEROS

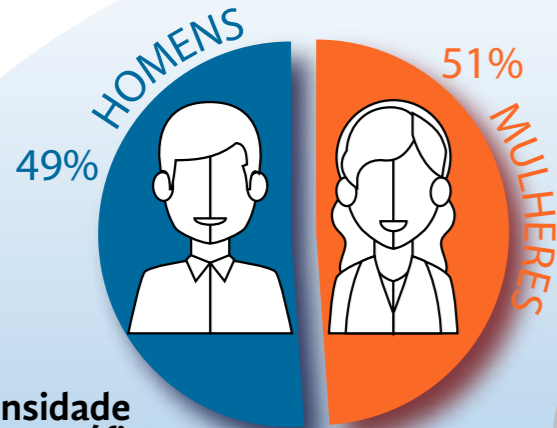
Área ⁶
8 515 767,05 km²
 Número de Municípios⁷
5 570

Brasil

visão geral

População⁸
204,9 milhões

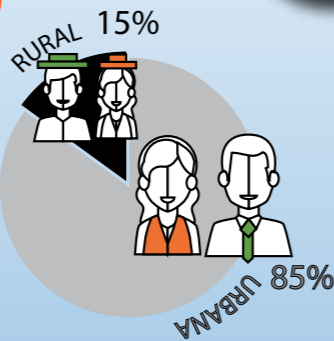
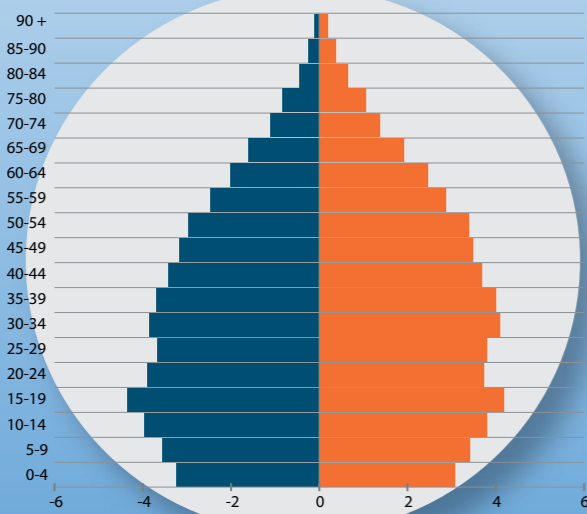
IDH¹
0,755



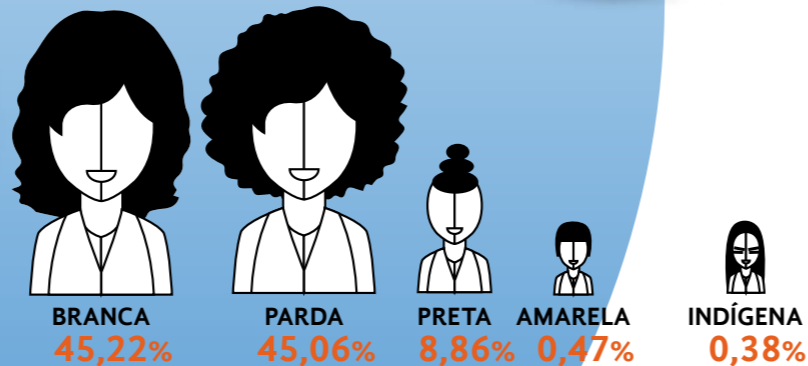
Densidade demográfica^{6,9}
 hab./km²

- RO .. 8
- AC .. 5
- AM .. 3
- RR .. 2
- PA ... 7
- AP ... 5
- TO ... 6
- MA .. 21
- PI ... 13
- CE ... 60
- RN .. 66
- PE ... 96
- PB ... 71
- AL ... 121
- SE ... 103
- BA ... 27
- MG .. 36
- ES ... 86
- RJ ... 380
- SP ... 180
- PR ... 56
- SC ... 72
- RS ... 40
- MS ... 8
- MT ... 4
- GO ... 20
- DF ... 515

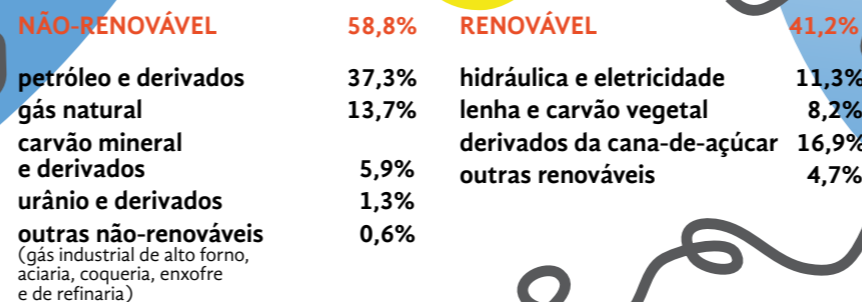
Estrutura etária⁹



Cor e raça⁹



Oferta interna de energia¹¹



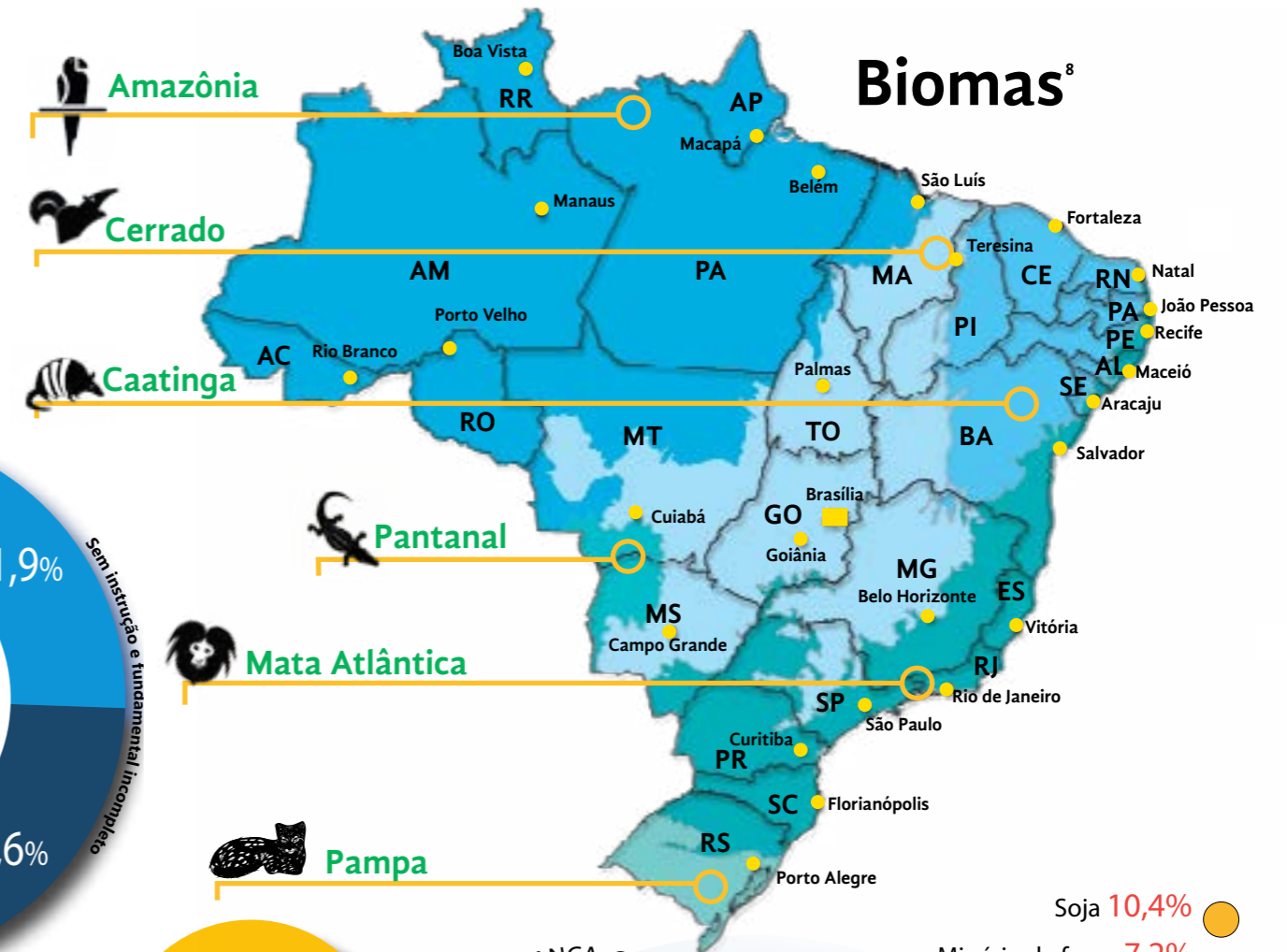
Esperança de vida ao nascer – homem⁹ = **71,9** anos

Esperança de vida ao nascer – mulher⁹ = **79,1** anos

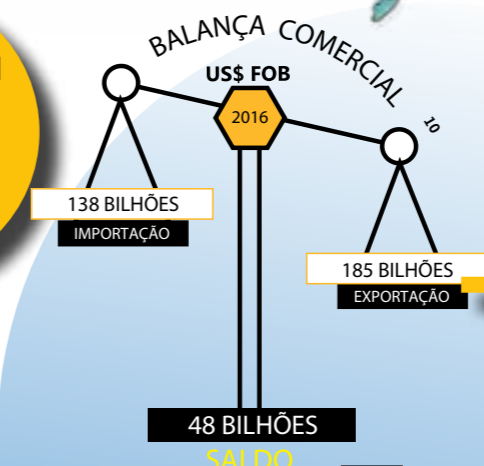
Índice de pobreza extrema² - **2,8%**

Taxa de crescimento da população 2000-2010³ - **1,17%** ao ano

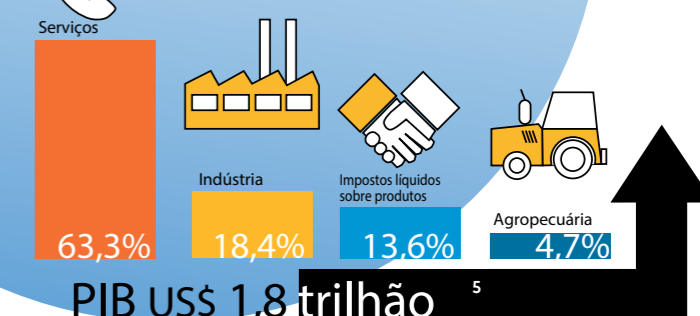
Taxa de fecundidade total³ - **1,6** filho



Rendimento nominal mensal domiciliar per capita⁴
US\$ 379



- Soja **10,4%**
- Minério de ferro **7,2%**
- Carne de frango e boi **5,6%**
- Óleo bruto de petróleo **5,4%**
- Automóveis e aviões **4,9%**
- Açúcar **4,5%**
- Celulose **3,0%**
- Café **2,6%**



Fontes: ¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD 2013.
² IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.
³ IBGE, Projeção da População do Brasil, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2060, Revisão 2013.
⁴ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. Taxa cambial de 29/07/2016.
⁵ IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2014. O dado do PIB de 2016 é preliminar, baseado nas Contas Nacionais Trimestrais. No 3º trimestre de 2017 será revisado e divulgado oficialmente. Taxa cambial média de 2016.

⁶ IBGE, Área Territorial 2015.
⁷ IBGE, Malha Municipal 2015.
⁸ IBGE, Mapa de Biomas do Brasil. Primeira Aproximação 2004.
⁹ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.
¹⁰ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Estatísticas do Comércio Exterior 2016.
¹¹ Ministério de Minas e Energia. Resenha Energética Brasileira - Exercício de 2015.



3

ESTRATÉGIAS
PARA INCORPORAR A
AGENDA 2030

A Agenda 2030, entendida como um plano de ação que propõe estratégias globais de desenvolvimento sustentável pelo período de 15 anos, lista os 17 ODS que contemplam as dimensões social, ambiental e econômica de forma integrada e indivisível ao longo de todas as suas 169 metas.

No cenário de diversidades que define o Brasil, a Agenda de Desenvolvimento da ONU torna-se uma oportunidade para o aperfeiçoamento da gestão pública e para a consolidação de políticas que promovam um País mais justo e solidário.

Com o compromisso de contribuir para o alcance dos ODS, o Governo Federal trabalhou no planejamento e na preparação das bases necessárias para sua realização. Implementá-los requer um esforço de estruturação e coordenação de ações integradas refletido nas estratégias de internalizar e interiorizar a Agenda 2030 no País. Considerando os desafios para a internalização da Agenda Global à realidade nacional, o Brasil definiu como essenciais as seguintes etapas:

- **Governança Nacional.** A criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, instância de natureza consultiva e paritária, com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030, será o espaço para a articulação, a mobilização e o diálogo com os entes federativos e a sociedade civil.
- **Adequação das Metas.** A adequação das metas globais à realidade brasileira deverá considerar a diversidade regional, as prioridades do Governo brasileiro, os planos nacionais de desenvolvimento, a legislação vigente e a conjuntura socioeconômica vivida pelo País (Figura 1).
- **Definição de Indicadores Nacionais.** A partir da adequação das metas, serão definidos indicadores que considerem a disponibilidade de dados e a possibilidade de monitoramento em âmbito nacional e local.



Figura 1: Adequação das metas

Levando em conta os diferentes contextos regionais, econômicos, sociais e ambientais, faz-se necessário que os ODS alcancem todos os brasileiros. As políticas locais devem, portanto, dialogar com a estratégia de ação da Agenda 2030 e observar nesta uma oportunidade para enfrentar as históricas desigualdades. Nesse sentido, os governos locais exercem um papel fundamental na adequação das metas e indicadores nacionais à realidade local, com ações que considerem as metas dos ODS em seus planejamentos e orçamentos, incluindo participação e engajamento da sociedade civil.

Por meio das lições aprendidas com a Agenda do Milênio, somadas aos instrumentos de planejamento do Governo brasileiro, pretende-se estimular a criação de estruturas locais de governança, que irão protagonizar o processo para interiorização da Agenda 2030 nos territórios.

A estratégia de interiorização compreenderá a articulação e a mobilização dos diferentes atores da sociedade civil, o engajamento dos governos subnacionais, o reconhecimento e valorização de boas práticas e o acompanhamento das metas. Dessa forma, a interiorização da Agenda 2030 nos territórios compreende as seguintes propostas:

VOLTAR PARA O ÍNDICE



Figura 2: Propostas para a interiorização dos ODS

Algumas ferramentas de iniciativa do governo e da sociedade civil auxiliam o planejamento e a disseminação dos ODS no processo de interiorização, dentre as quais se destacam:

- **Dialoga Brasil** – plataforma de participação digital por meio da qual os cidadãos poderão apresentar sugestões para auxiliar no debate e construção de políticas públicas do Governo Federal inclusive para o alcance das metas dos ODS. <http://dialoga.gov.br/>
- **Portal Participa.br** – instrumento de rede social que oferece ferramentas de participação para cidadãos, redes, movimentos sociais e organizações, possibilitando o diálogo entre instâncias governamentais e sociedade, por meio de consultas públicas, debates, conferências e transmissão online de eventos. <http://www.participa.br/>
- **Estratégia ODS** – portal eletrônico que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia, com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos ODS e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação para a Agenda 2030. <http://www.estrategiaods.org.br/>

VOLTAR PARA O ÍNDICE

- **Plataforma Agenda 2030** – plataforma estruturada em três eixos: i) informação, que apresenta o processo de construção da agenda de acompanhamento dos ODS e suas metas, bem como disponibiliza publicações e conteúdos sobre a Agenda 2030 no Brasil; ii) acompanhamento e Revisão, que traz informações sobre os indicadores de monitoramento e apresentará gráficos e base de dados com resultados dos ODS nos entes federados; iii) participação, que tem como principal público-alvo usuários e instituições que queiram, permanentemente, acompanhar as discussões e avanços sobre os ODS. <http://www.agenda2030.com.br/>
- **Mapa das Organizações da Sociedade Civil** – plataforma georreferenciada que apresenta dados sobre as organizações da sociedade civil, que possibilitará a disseminação da Agenda 2030, bem como o acompanhamento das atividades executadas pelas organizações e sua relação com as respectivas metas dos ODS. <http://mapaosc.ipea.gov.br/>
- **Atlas da Vulnerabilidade dos Municípios** – plataforma que apresenta o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), elaborado com base em indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano.¹ Organizado em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho, o IVS permite um mapeamento da exclusão e da vulnerabilidade social em 5.565 Municípios e nas Unidades de Desenvolvimento Humano das principais regiões metropolitanas do País. Essa ferramenta auxilia os Municípios no diagnóstico e planejamento de ações voltadas para as prioridades locais. <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>

Por constituírem um modelo de planejamento e gestão complexo, além de ter o desafio da ampla disseminação, os ODS precisam atingir diversos *stakeholders*. E nesse sentido, para democratizar a Agenda 2030 e alinhar as estratégias de internalização e interiorização, é fundamental que haja comunicação abrangente envolvendo toda a sociedade brasileira. A mobilização para esse propósito deve partir da interação e das parcerias entre sociedade civil e governos, principalmente os subnacionais.

1. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADH) é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), dos Municípios brasileiros, aplicados às 27 Unidades da Federação (UFs), vinte regiões metropolitanas (RMs) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O ADH engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas regiões metropolitanas brasileiras e traz, além do IDHM, mais de duzentos indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade <http://atlasbrasil.org.br/>.

CONVERGÊNCIA
ENTRE A AGENDA 2030
E O INSTRUMENTO
NACIONAL DE
PLANEJAMENTO

A Agenda 2030 deve ser tratada de forma integrada às estratégias nacionais de desenvolvimento. Nesse sentido, representa uma oportunidade para que o Governo brasileiro reforce suas prioridades e potencialize suas estratégias na direção de ações e políticas públicas que promovam um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações de governo. Previsto na Constituição Federal de 1988, o PPA 2016-2019 é composto por programas, objetivos, metas e iniciativas (atributos) e abrange as diretrizes da administração pública para um período de quatro anos.

O primeiro passo na etapa de internalização da Agenda 2030 foi verificar a correspondência das metas dos ODS aos atributos estabelecidos pelo PPA 2016-2019, em mapeamento realizado no segundo semestre de 2016. A correspondência das metas e indicadores dos ODS com os atributos do PPA visa a identificar a congruência entre os objetivos declarados pela Agenda 2030 com o instrumento de planejamento do Governo Federal, vinculando a visão de médio prazo da atuação governamental com a expectativa de implantação dos compromissos constantes nos ODS.

Para a realização desse estudo foi construído um banco de dados que permitiu relacionar cada uma das metas e indicadores dos ODS a um ou mais atributos do PPA 2016-2019, propiciando a visão sistêmica e transversal necessária à coordenação dos esforços para o alcance das metas (Figura 3).

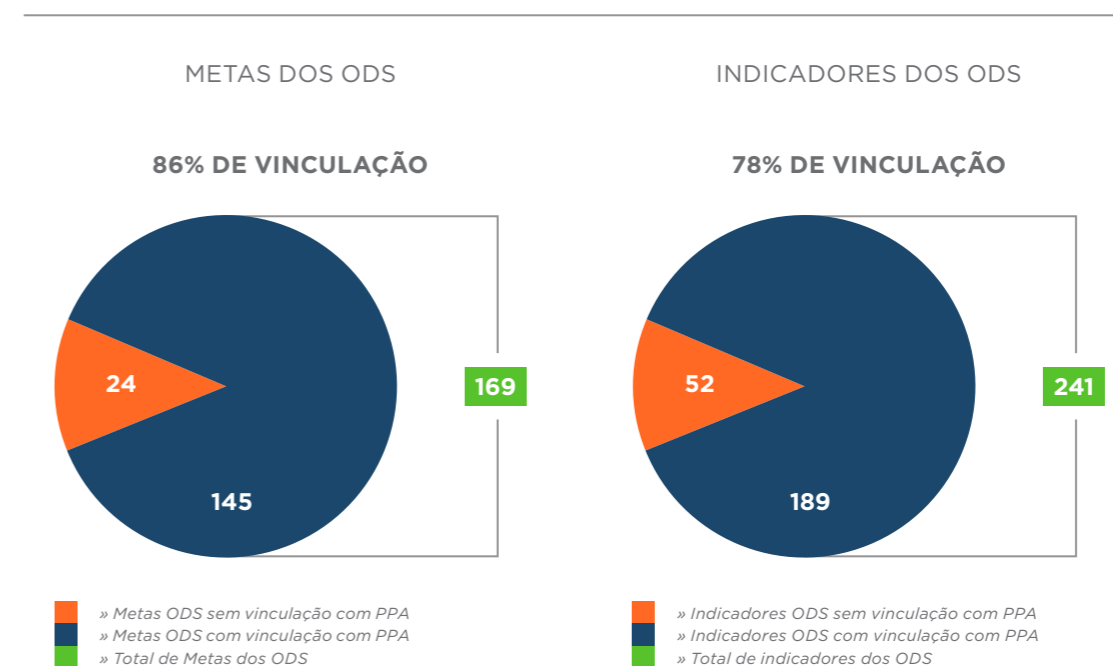


Figura 3: Composição da Agenda 2030 e do Plano Plurianual 2016-2019

A partir dessa iniciativa será possível realizar o monitoramento dos atributos do PPA 2016-2019 relacionados com a Agenda 2030, por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento, permitindo a geração de dados, análises e relatórios gerenciais sobre os esforços do Governo Federal despendidos na consecução dos ODS.

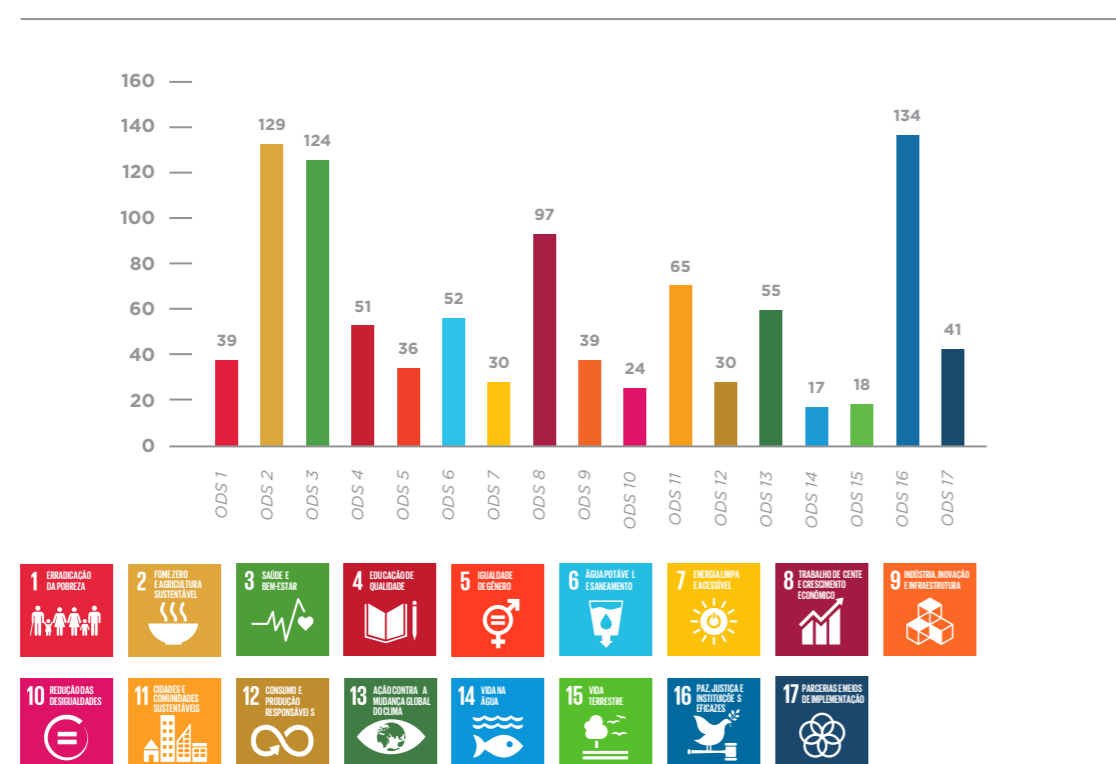
Os gráficos 1, 2 e 3 demonstram que as políticas públicas que integram o PPA 2016-2019 contemplam grande parte das metas e indicadores propostos pela Agenda 2030. Como pode ser observado, nesse primeiro levantamento, 86% das metas e 78% dos indicadores dos ODS possuem convergência de propósito com os atributos do atual PPA.

GRÁFICOS 1 E 2 » Convergência entre as metas dos ODS e os atributos do PPA 2016-2019.



Fonte: SEPLAN/MP, 2016

VOLTAR PARA O ÍNDICE

GRÁFICOS 3 » Número de atributos do PPA 2016-2019 relacionados com os ODS.**Fonte:** SEPLAN/MP, 2016

O estudo permitiu verificar também a correspondência do número de atributos do PPA com cada ministério responsável pela implementação de políticas públicas que contribuirão com o alcance dos ODS. Observou-se que um órgão pode estar relacionado a diferentes metas da Agenda 2030, ou seja, diferentes órgãos do Governo Federal contribuem para a consecução de uma mesma meta. Essa constatação reforça a importância da integração e articulação interministerial na realização de iniciativas que racionalizem a aplicação dos recursos orçamentários e confirmam maior efetividade à execução de políticas públicas voltadas para a Agenda 2030.

Como principal mecanismo institucional para a implementação da Agenda 2030, o Brasil criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência à implementação da Agenda 2030, a Comissão Nacional para os ODS é uma instância colegiada paritária, de natureza consultiva, responsável por conduzir o processo de articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade civil.

Compete à Comissão Nacional para os ODS:

- elaborar plano de ação para a implementação da Agenda 2030;
- propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos ODS;
- acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos;
- elaborar subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais;
- identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS; e
- promover a articulação com os órgãos e entidades públicas das Unidades da Federação, para disseminação e implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal.

A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é composta por 16 membros representantes dos Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais e da sociedade civil. Para compor o primeiro mandato da Comissão Nacional para os ODS, foram selecionados coletivos de entidades com significativa capacidade representativa de seus respectivos segmentos:

- Setor produtivo: 27 Federações Estaduais das Indústrias e 536 empresas representadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS);
- Terceiro setor: 2.294 entidades representadas pela Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Fundação ABRINQ), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Visão Mundial e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS);
- Academia: 67 instituições federais de ensino superior representadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);
- Governos Municipais: 4.972 Municípios, representados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM); e
- Governos Estaduais e Distrital: 27 secretarias de Estado e 21 entidades estaduais de meio ambiente integrantes da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

O Governo Federal, por sua vez, é representado pela Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV); Casa Civil da Presidência da República (Casa Civil); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG); e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) participam como órgãos de assessoramento técnico permanente.

É importante ressaltar que outros atores governamentais e da sociedade civil poderão participar como colaboradores da Comissão Nacional, em especial por meio das Câmaras Temáticas. Com a finalidade de elaborar estudos e propostas para implementação dos ODS, as Câmaras Temáticas ampliarão a participação e a representatividade da Comissão Nacional.



Figura 4: Composição da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Comissão Nacional será, sobretudo, um espaço institucionalizado de intercâmbio e de cooperação entre as instâncias de governo e os segmentos da sociedade civil para a convergência de atividades que impulsionem o alcance dos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável no País.

6.1. Iniciativas da Sociedade Civil

A sociedade civil organizada teve atuação relevante na municipalização e no alcance de metas dos ODM e segue participando de forma ativa no processo de transição para a Agenda pós-2015. Desde o lançamento da Agenda 2030, diversos fóruns e redes de organizações se mobilizaram para a inclusão dos ODS em suas respectivas pautas por meio de diferentes frentes de atuação, com a implementação de projetos e iniciativas em prol da interiorização dos ODS.

Para compor este Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS, o governo brasileiro disponibilizou um formulário em ambiente eletrônico com o objetivo de colher as iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil. Diversos atores que trabalham com experiências de engajamento e conscientização para apoiar a Agenda 2030 foram convidados a encaminhar informações que subsidiaram a construção desta seção². A divulgação dessas ações facilitará a identificação e o intercâmbio de boas práticas, que poderão ser replicadas ou ampliadas por outros atores da sociedade civil e dos governos.

Para mobilizar e engajar a sociedade brasileira a acompanhar e atuar pela implementação dos ODS no Brasil, vêm sendo constituídas redes de articulação e *networking*, na forma de coalizões de organizações da sociedade civil, do setor privado, de governos e da academia. Essas redes têm o propósito de ampliar, democratizar e qualificar o debate sobre os ODS no Brasil e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos para a Agenda 2030 no País. Para tanto, atuam na articulação política, na produção e disseminação de conhecimentos, no fortalecimento dos membros da rede e de parcerias estratégicas, na qualificação de atores sociais visando à capilaridade das ações colaborativas, na construção de uma pauta convergente e na inserção da Agenda 2030 em espaços de participação social.

Dentre as principais redes, fóruns, movimentos e coalizões voltados à Agenda 2030, destacam-se: Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, Estratégia ODS, Rede ODS Brasil e Movimento Nacional ODS Nós Podemos, organizados tanto em nível nacional como subnacional. Há ainda coalizões e redes criadas para públicos e questões específicos nos ODS, como a Ciranda 2030 (voltada para os objetivos que impactam diretamente a vida das crianças e dos adolescentes); a Rede SDSN-Amazônia (que promove o intercâmbio e a colaboração para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Continental); e a SDSN Brasil (que trabalha especialmente as questões de desenvolvimento sustentável nas cidades).

2. O consolidado das contribuições recebidas está disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/co-participante/relatorio-ODS>

Vale citar alguns projetos de difusão e engajamento social que se apresentam como iniciativas inovadoras e alinhadas à Agenda 2030, como o ODS Lab (laboratório que se dedica à resolução de problemas públicos, com arranjos multiautores, na coprodução de soluções, alternativas e parcerias para superar os desafios que caracterizam a implementação dos ODS no Brasil), *The Big Hackathon Campus Party* e *Hackathon Global UN Influx* (desenvolvimento de soluções tecnológicas e fomento ao empreendedorismo), bem como o Projeto Música ODS (mobilização e engajamento do setor artístico e cultural com ênfase nas áreas periféricas e vulneráveis).

Além do papel fundamental de mobilização e articulação, as organizações da sociedade civil brasileiras são também responsáveis pela implementação de diversas ações com impacto na dimensão social dos ODS, atuando em pautas temáticas como redução das desigualdades de gênero, raça e etnia; promoção de direitos humanos; defesa de direitos de povos e comunidades tradicionais; direitos da criança e do adolescente, juventude e idosos; enfrentamento da violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes; erradicação do trabalho infantil; visibilidade e eliminação do casamento infantil; promoção de direitos das meninas e mulheres, direitos da pessoa com deficiência, direitos de migrantes, direitos sexuais e reprodutivos; segurança alimentar e nutricional, transparência e acesso à informação, entre outros.

Com a participação das comunidades e dos sujeitos de direitos, utilizando planejamento participativo, a sociedade civil brasileira executa projetos nas áreas de educação, qualificação social e profissional, cultura popular, esportes, artes e cidadania, geração de renda, cultura de paz, inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado formal de trabalho e formação cidadã. Na área da saúde, envolve os conselhos de saúde locais e estimula práticas integrativas e complementares em saúde, com destaque para projetos de prevenção do câncer, apoio e assistência a pessoas com HIV/AIDS e dependentes químicos e atuação na contenção das novas doenças transmissíveis (Zika e Chikungunya).

A sociedade civil executa ainda projetos de conservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente, reflorestamento, desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e ambientais para o acesso a água potável em regiões isoladas, estimativas de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), preservação de unidades de conservação remanescentes da Mata Atlântica, gestão dos recursos hídricos para ampliar a quantidade e a qualidade de água, construção de sistemas de tratamento de esgoto doméstico e outras práticas de conservação do solo e da água.

Na gestão de resíduos sólidos, atua no estímulo à coleta seletiva e ao consumo consciente, na diversificação dos modelos de negócios envolvendo os catadores de material reciclável e auxilia na criação de soluções inovadoras para desafios socioambientais. Tem também papel fundamental em ações integradas de educação em meio ambiente para a sustentabilidade, valorizando ações comunitárias e buscando estimular pequenos hábitos individuais e iniciativas organizacionais que contribuam para grandes transformações socioambientais.

Na dimensão econômica do desenvolvimento sustentável, as organizações sem fins lucrativos e as cooperativas destacam-se com iniciativas de economia solidária, incentivo ao empreendedorismo (especialmente de jovens, mulheres e migrantes), inclusão social e geração de renda para catadores de materiais recicláveis e suas famílias, promoção do trabalho decente e estímulo à agricultura familiar.

O setor empresarial também tem se articulado para a implementação da Agenda 2030, buscando expandir a cultura de sustentabilidade corporativa, difundir conhecimento e promover campanhas de adesão de empresas à Rede Brasil do Pacto Global (hoje a 4ª maior rede local do mundo e a maior das Américas, com mais de 700 signatários). As empresas têm realizado ações como palestras e eventos de sensibilização e mobilização e alinhamento das ações de responsabilidade social corporativa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para orientar o setor, foram produzidos o “*Guia de Implementação dos ODS pelas Empresas*”³ e o estudo “*Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Estratégia Empresarial*”⁴.

Além disso, a sociedade civil contribui para a implementação da Agenda 2030 em nível local. Ações de *advocacy* e mobilização nas eleições municipais de 2016 levaram ao compromisso de diversos prefeitos eleitos com a execução do Plano de Metas e inclusão dos ODS em seus programas de governo. Há ainda diversas ações focadas no estímulo a cidades sustentáveis, como trabalho com as comunidades para a revitalização de bairros, redes de soluções para o desenvolvimento urbano e elaboração e divulgação do Manual de Localização do ODS 11 em regiões metropolitanas brasileiras.

Nessa linha de iniciativas, destaca-se o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), que tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. O programa oferece aos gestores públicos

3. Disponível em: <http://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>

4. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzeogYNFvEqybDkyVkkwcV9xbjQ/view>

uma agenda estruturada em 12 eixos temáticos, acompanhada de um conjunto de indicadores e um banco de boas práticas. No período de 2012 a 2016, 285 Municípios brasileiros aderiram ao PCS, o que equivale a 33% da população nacional. A partir de 2015, a iniciativa deu ênfase às metas dos ODS que poderão ser adotadas em nível municipal e regional, justamente aquelas sobre as quais as prefeituras exercem papel central.

6.2. Iniciativas dos Governos Subnacionais

O ano de 2017 é o momento em que os 5.570 Municípios brasileiros estão elaborando seu planejamento plurianual para o período de 2018 a 2021. Nesse sentido, destacam-se iniciativas das maiores organizações municipalistas do Brasil, que concentram esforços para o alinhamento dos instrumentos de planejamento dos governos locais às metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na mobilização para implementação da Agenda 2030, destacam-se as iniciativas de algumas entidades municipalistas, dentre elas a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)⁵, que desde a Rio+20 tem adotado o desenvolvimento sustentável como tema central nos seus encontros nacionais, capacitando e engajando os prefeitos no planejamento de ações e políticas públicas que contribuam para esse fim. O Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), realizado a cada dois anos, tem como meta mobilizar gestores públicos dos três níveis de governo para incluir o tema da sustentabilidade em seus programas de governo e criar agendas propositivas de desenvolvimento local sustentável.

Temas como a dinamização das oportunidades para os pequenos negócios, a gestão pública aliada ao empreendedorismo, a qualidade ambiental urbana, a inclusão produtiva, a erradicação da miséria e questões referentes a mobilidade urbana foram algumas das agendas discutidas no Encontro. Em sua quarta edição, realizada de 24 a 28 de abril de 2017, em Brasília-DF, foi debatido o tema “*Reinventar o Financiamento e a Governança das Cidades*”.

5. A Frente Nacional de Prefeitos – FNP foi fundada em 1989 por iniciativa dos prefeitos das capitais, a partir da Constituição Federal de 1988 que concedeu aos Municípios o título de ente federativo, surtiu para defender o interesse e a agenda urbana das cidades brasileiras, principalmente as de médio e grande porte que são atualmente cerca de 660 cidades concentrando aproximadamente 70% da população do País e 80% do PIB.

Outra iniciativa de destaque, ocorrida em 2016, foi o lançamento do documento “*Guia para Localização dos ODS nos Municípios Brasileiros - O que os Gestores Municipais Precisam Saber*”⁶ pela Confederação Nacional de Municípios (CNM)⁷. A publicação apresenta a importância da Agenda 2030 para a gestão local, bem como a relação entre os Objetivos e as competências municipais.

A ação visa fortalecer o papel dos Governos Municipais na concretização da Agenda, desde a priorização de objetivos e metas até a definição dos meios de implementação e escolha dos indicadores para o monitoramento do progresso realizado. Nesse sentido, foram promovidos, ainda em 2016, seminários regionais para os gestores municipais recém-eleitos, quando receberam capacitação e foram sensibilizados para a adoção da Agenda do Desenvolvimento Sustentável em sua futura gestão.

A CNM disponibilizou o “*Guia para a Integração dos ODS nos Municípios Brasileiros*”⁸ do Período 2018-2021, que tem por objetivo orientar os gestores sobre a aplicação da Agenda 2030 na construção do próximo planejamento plurianual. Em complementação às iniciativas para a adoção da Agenda ODS no PPA municipal, a CNM disponibilizará aos prefeitos um instrumento para o acompanhamento dos resultados em relação às metas estabelecidas, denominado “*Mandala de Desempenho Municipal*”.

Outras associações municipalistas, como a Associação Brasileira de Municípios (ABM)⁹, escolheram os Municípios com IDH abaixo da média nacional (0,754) para concentrar suas atividades de capacitação dos gestores para formulação de políticas de desenvolvimento sustentável e implantação da Agenda 2030.

Vale destacar que algumas prefeituras adotaram a inserção da Agenda 2030 em instrumentos de planejamento governamental. Um exemplo é o Município de Barcarena, localizado no Estado do Pará, que revisou seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano baseado nos ODS e institucionalizou-o por meio da Lei Complementar Municipal nº 49, de 17 de outubro de 2016 e do Decreto nº 436, de 2017- GPMB, de 8 de fevereiro de 2017.

6. Disponível em: http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Desenvolvimento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf

7. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), fundada em 1980 representa 4972 Municípios associados. O objetivo maior da CNM é consolidar o movimento municipalista, fortalecer a autonomia dos Municípios a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população.

8. http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_ODS.2017.pdf

9. A Associação Brasileira de Municípios (ABM), entidade municipalista mais antiga do Brasil e da América Latina, a ABM foi fundada em 1946, representando os Municípios na luta por autonomia. Atualmente, a Associação tem buscado a garantia de mais capacidade e melhores condições de gestão para as Prefeituras, representando principalmente os pequenos e médios Municípios, com 833 associados.

No âmbito dos Governos Estaduais registram-se mobilizações em favor da adoção da Agenda 2030, destacando-se o Distrito Federal, Paraná e São Paulo, com a criação de grupos de trabalho para coordenar a articulação da atuação pública na implementação dos ODS e sua inclusão nos respectivos planejamentos.

Outros Estados, como a Bahia, já contemplam boa parte das metas dos ODS em seu Plano Plurianual, especialmente as questões relativas a erradicação da fome, melhoria da educação e desenvolvimento social. O Estado da Paraíba inclui entre suas ações em prol da Agenda ODS um Pacto pela Aprendizagem, que visa melhorar os indicadores sociais nos Municípios do Estado. O Rio de Janeiro, por sua vez, instituiu o Prêmio para os Parceiros dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de reconhecer o trabalho de instituições e pessoas que colaboram com o cumprimento dos ODS.

O compartilhamento dessas iniciativas colabora para o estímulo a outras práticas que apoiem, mobilizem e incentivem os Governos dos Estados e os Municípios brasileiros no papel de catalisadores do diálogo em seus territórios e na conciliação dos objetivos e metas da Agenda 2030 com os programas de governo local.

6.3. Iniciativas do Legislativo

O Parlamento brasileiro vem envidando esforços para auxiliar na adoção dos ODS no País, tendo criado, em dezembro de 2016, a Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Essa ação suprapartidária reúne mais de 200 deputados federais e senadores, representando um terço dos parlamentares, e foi estruturada para dar vazão às demandas decorrentes dessa temática. Entre as finalidades da Frente está manter e consolidar a ação conjunta em benefício de políticas voltadas para os ODS, bem como agir em defesa da regulamentação e discussão de leis de incentivo ao desenvolvimento sustentável.

Trabalhando em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista promoveu o Seminário “*Transformando nosso Mundo - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”. Realizado no final de 2016, o evento sobre desenvolvimento sustentável reuniu representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil para debater acerca da Agenda 2030: princípios, objetivos, metas, transparência, governança e meios para sua implementação, entre outros.

Cientes de que os ODS expressam o novo compromisso mundial, o Congresso Nacional sinaliza o entendimento de que o caminho possível para o planeta passa pela inclusão do desenvolvimento sustentável no centro das agendas dos países signatários. Nesse sentido, o Legislativo federal brasileiro tem muito a contribuir com a Agenda 2030.

6.4. Iniciativas do Órgão de Controle

O Tribunal de Contas da União (TCU), enquanto órgão de controle e Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) brasileira, possui um potencial de contribuição à implementação da Agenda 2030.

Se o monitoramento da Agenda 2030 está sendo estruturado em torno de indicadores globais, com métodos de cálculo padronizados que permitam a comparabilidade e a consolidação dos dados, o próprio acompanhamento desse processo pelas entidades de fiscalização deve também seguir essa direção. Nesse sentido, torna-se necessário o desenvolvimento de métodos e ferramentas que permitam a uniformização das avaliações e a comunicação de seus resultados. Para isso, o TCU criou o Projeto ODS, cujas iniciativas incluem a execução de auditorias de preparação do Governo para a implementação dos ODS, o desenvolvimento de métodos e instrumentos com esse fim e a oferta de ações de capacitação sobre o tema.

Uma dessas iniciativas foi a Auditoria-Piloto de Preparação em ODS, realizada pelo Tribunal entre 2016 e 2017, com o objetivo de avaliar o modo como o Governo Federal brasileiro está se preparando para implementar a Agenda 2030. Entre os aspectos avaliados estão os processos de institucionalização e internalização da agenda pelo Governo, o alinhamento da estratégia nacional aos ODS, e o monitoramento, a avaliação e a transparência dos resultados em favor desses objetivos.

Nessa auditoria-piloto, foi realizado um diagnóstico da coordenação e do alinhamento das políticas públicas brasileiras relacionadas com a meta 2.4, que trata de sistemas sustentáveis de produção de alimentos. Nesse sentido, foram analisadas não apenas políticas diretamente ligadas à consecução dessa meta, mas também outras ações governamentais com potencial de impactar seu alcance, como as políticas de isenção fiscal sobre agrotóxicos.

Além disso, o órgão de controle federal brasileiro fez parte de iniciativa liderada pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras (Intosai) para a construção do “*Guia para Auditar a Preparação para a Implementação dos ODS*”. O TCU desenvolveu também um curso de capacitação sobre o papel das EFS na implementação da Agenda 2030. Esse curso foi ofertado no primeiro semestre de 2017 a países da América Latina e tratou de temas como a governança pública com foco em ODS e a auditoria de preparação.

Essas ações subsidiam a realização, em 2017, da Auditoria Coordenada em ODS na América Latina, no âmbito da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), com a participação de 12 países. Essa auditoria está sendo coordenada pelo órgão de controle federal brasileiro e tem por objeto apoiar os governos nacionais na implementação da Agenda 2030, com foco na meta ODS 2.4. Espera-se, com esse trabalho, a obtenção de um diagnóstico sobre a implementação da Agenda 2030 nos países da América Latina.

Espera-se, portanto, que, por meio de parcerias e esforços cooperativos e do uso de ferramentas padronizadas de controle, seja possível a identificação de problemas similares que atingem diversos governos e que muitas vezes têm causas e consequências comuns. Desse modo, o TCU espera contribuir para a Agenda Global, fomentando a cultura de planejamento de longo prazo e a atuação integrada do governo, o que permitirá a efetividade das políticas públicas e a promoção do desenvolvimento sustentável.



7.1. Atuação do Brasil na construção dos indicadores globais e regionais

O Brasil, por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), participa dos dois grupos globais instituídos pela 46ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, cujo objetivo é a construção dos indicadores globais para o acompanhamento da Agenda 2030.

No Grupo de Peritos e Interagências sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs), o Brasil representa os países do Mercosul (Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e o Chile, com os objetivos de desenvolver e propor um quadro de indicadores globais para o acompanhamento da Agenda 2030; fornecer suporte técnico para a implementação do quadro aprovado de indicadores; rever regularmente as inovações metodológicas e questões relacionadas aos indicadores e seus metadados; relatar o progresso dos objetivos e metas em nível mundial, com base em agregados globais e regionais. O Brasil participa, ainda, dos três subgrupos criados no âmbito do IAEG-SDGs que tratam de: padrão de documentação dos dados - SDMX, integração de informação estatística e geoespacial e *interlinkages* entre metas e indicadores.

No Grupo de Alto Nível para Parceria, Coordenação e Construção de Capacidade Estatística (HLG-PCCB), o Brasil participa como membro *ex-officio*, uma vez que o IBGE, atualmente, ocupa a presidência da Comissão de Estatística das Nações Unidas. Nessas reuniões colaborou com a elaboração do Plano de Ação Global da Cidade do Cabo para o Desenvolvimento Sustentável, apresentado durante o primeiro Fórum Mundial de Dados das Nações Unidas, na África do Sul, entre 15 e 18 de janeiro de 2017.

No âmbito regional, o Brasil participa do Grupo de Coordenação Estatística para a Agenda 2030 na América Latina e Caribe, que tem por objetivo coordenar o processo de desenvolvimento e implementação dos indicadores de acompanhamento dos ODS e estimular na região a construção da capacidade estatística necessária.

O grupo é formado por representantes dos institutos estatísticos nacionais dos países membros do IAEG-SDG e os pertencentes ao HLG-PCCB, mantendo o esquema de representação sub-regional. Aborda questões relacionadas à promoção de coordenação das iniciativas para desenvolvimento e fortalecimento da capacidade estatística e assistência técnica, tanto no nível global como regional e sub-regional.

7.2. Indicadores nacionais

O IBGE, logo após sua nomeação para o IAEG-SDGs, realizou o Encontro de Produtores visando à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, no período de 29 de junho a 1º de julho de 2015, do qual participaram cerca de 350 pessoas, entre representantes de instituições produtoras de informação do Governo Federal e de agências das Nações Unidas no Brasil, bem como diversos profissionais envolvidos nos debates nacionais dos temas relativos aos Objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O encontro teve por finalidade iniciar a discussão sobre os indicadores para o acompanhamento dos ODS. A proposta inicial dos indicadores globais foi discutida em 17 mesas redondas (uma para cada Objetivo). Esse evento permitiu a constituição de um canal de consultas interinstitucionais que têm embasado as posições brasileiras no debate internacional.

Desde então, o Governo brasileiro tem atuado no sentido de construir um sólido respaldo técnico, não apenas para orientar a discussão dos indicadores globais, mas também para preparar subsídios para a discussão acerca da definição dos indicadores nacionais.

Outra iniciativa de destaque foi a realização da 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais (INFOPLAN), no período de 5 a 9 de dezembro de 2016, com 111 mesas redondas, 10 sessões plenárias e 29 palestras, que contaram com a participação de mais de 1.800 pessoas e cerca de 210 instituições.

O evento possibilitou o debate sobre temas relacionados a: questões estratégicas para o Sistema Nacional de Informações Oficiais; estatísticas e informações sociais, econômicas e ambientais (segurança alimentar e nutricional; justiça e segurança; estatísticas sobre agricultura, pecuária, produção florestal; energia; condições de vida, pobreza e desigualdade; turismo; contas econômicas ambientais; recursos naturais, ecossistemas, cobertura e uso da terra; mudanças climáticas); referências e representação do território; organização e análise do território; métodos e classificações; entre outros.

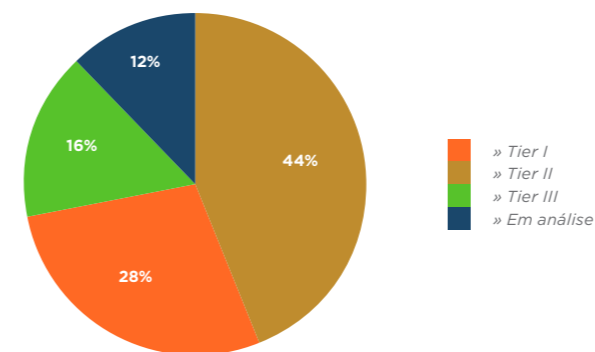
Além disso, foram tratadas questões relevantes para definição de indicadores para acompanhamento dos ODS como compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos, integração da informação geoespacial e estatística, big data, interligação e junção de fontes de dados, recursos tecnológicos e segurança das informações, e comunicação e disseminação.

O Brasil iniciou a avaliação da adequação de suas bases de dados para estimar a a disponibilidade de indicadores para acompanhamento dos ODS. Um estudo preliminar do IBGE, realizado no primeiro trimestre de 2016, identificou a seguinte situação brasileira em relação aos 241 indicadores globais:

- 105 indicadores (Tier I) - dispõem de metodologia definida e fontes de informação;
- 39 indicadores (Tier II) - possuem algum tipo de informação, no entanto, carecem de aprimoramento da metodologia;
- 68 indicadores (Tier III) - não possuem nem metodologia de cálculo, nem dados disponíveis; e
- 29 indicadores – em análise com base no processo de classificação adotada pela UNSC.¹⁰

10. Classificação em Tier I, Tier II e Tier III dependem de: 1. Aprovação dos membros da Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission UNSC), no que tange à implementação do quadro de indicadores globais relacionados com os objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A 48ª Sessão da UNSC ocorreu no início de março de 2017 e incluiu também a discussão sobre a lista de refinamentos para indicadores selecionados; b) os planos e calendário para a revisão do quadro de indicadores; c) o mecanismo proposto para mover os indicadores de um nível de classificação para outro; e 2. Disponibilização do relatório oficial do Grupo de Peritos Interagências sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (IEAG-SDG), que se reuniu em março de 2017 e realizou a reclassificação de alguns indicadores.

GRÁFICO 4 » Classificação da disponibilidade dos indicadores brasileiros pela metodologia TIER.



Fonte: IBGE, 2017

Para avançar na definição dos indicadores nacionais e suas metodologias, os órgãos produtores de informação têm se reunido em 17 grupos temáticos, cada um associado a um ODS específico, replicando o método utilizado na discussão da proposta dos indicadores globais. Além disso, esses grupos têm como função articular os diversos produtores e *stakeholders* envolvidos com a temática do desenvolvimento sustentável.

8

ERRADICAR A
POBREZA E PROMOVER
PROSPERIDADE
EM UM MUNDO EM
TRANSFORMAÇÃO

Fórum Político de Alto Nível – Sessão de 2017

Com foco nos ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14 e 17, o tema proposto para a sessão do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas de 2017, “*Erradicar a Pobreza e Promover a Prosperidade em um Mundo em Transformação*”, traz em seu bojo as três questões cruciais para os ODS: pobreza, prosperidade e transformação.

Erradicar a Pobreza

Na Cúpula de Alto Nível para a Adoção da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, realizada no contexto da Assembleia Geral da ONU de 2015, os países assumiram o compromisso mais amplo de acabar com a pobreza em todas as suas formas, incluindo a erradicação da pobreza extrema, até 2030. É assim que a primeira dimensão do tema central da sessão do Fórum de 2017 – *Erradicar a pobreza* – representa uma oportunidade para repensar a relação da pobreza, em seus múltiplos aspectos, com o atual modelo global de desenvolvimento, que exclui milhões de pessoas da prosperidade.

Promover a Prosperidade

A segunda dimensão do tema da Sessão de 2017 do Fórum – *promover a prosperidade* – remete à necessidade de compartilhar o desenvolvimento humano com todos. Para a Agenda 2030, alcançar a prosperidade é assegurar que todos os seres humanos tenham acesso aos frutos do desenvolvimento econômico e que possam se beneficiar de uma vida próspera e de plena realização. Isso requer, necessariamente, compartilhar as inovações dos diversos campos do conhecimento, infraestrutura, saneamento básico, saúde, educação, comunicação, entre outros.

Em um Mundo em Transformação

Um *mundo em transformação* significa começar a implementar um modelo de desenvolvimento diferente, no qual o uso da tecnologia considere a mudança do clima, respeite a biodiversidade e promova sistemas resilientes. Representa um chamado para que todos os países e pessoas comecem imediatamente a mudança na forma e nos caminhos trilhados por parte das políticas de desenvolvimento vigentes, e nos padrões de produção e de consumo, de maneira que não se comprometa a vida das gerações futuras.

Contexto e Desafios Brasileiros

A recente crise econômica enfrentada pelo Brasil suscitou o temor de retrocesso em relação aos avanços sociais obtidos nas últimas décadas. Atualmente, não há como pensar em retomada do crescimento econômico – e, por conseguinte, do emprego e da renda das famílias – sem uma mudança estrutural do regime fiscal. A questão que emerge, portanto, é de que modo tornar o setor público mais eficiente para garantir a continuidade de políticas públicas de erradicação da pobreza e melhorar o atendimento de saúde e educação à população. Acredita-se que essas melhorias poderiam aumentar o potencial de crescimento da nossa economia e reduzir a desigualdade de renda de forma estrutural.

Por meio da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, o Governo brasileiro traçou como principal estratégia para lidar com a crise fiscal o controle dos gastos via congelamento do valor real das despesas primárias – o que implicará uma forte reversão na tendência de crescimento desses gastos verificada nas últimas décadas, mantendo, porém, os pisos constitucionais para os gastos de saúde e educação.

Além disso, investimentos em infraestrutura serão um importante fator de crescimento para os próximos anos e possuem externalidades positivas relevantes para o restante da economia. Para tanto, o Governo brasileiro está trabalhando em uma agenda de mudanças regulatórias cuidadosas, que é fundamental para voltar a atrair investidores para projetos de longa maturação e por isso deve ser considerada prioritária para o crescimento da economia e desenvolvimento do País.

Nas discussões sobre estratégias de desenvolvimento, ficam evidentes as inter-relações entre pobreza e meio ambiente. Por um lado, a pobreza pode ser um dos principais vetores para a devastação ambiental. Por outro, renda e consumo elevados tendem à degradação de recursos naturais. A pobreza pode se agravar por problemas ambientais, como o desmatamento, a poluição do ar e a contaminação da água, entre outros. Esses problemas afetam, indistintamente, ricos e pobres. É nesse sentido que a gestão dos recursos naturais não é apenas essencial, como indica ser possível conjugar a conservação ambiental com a geração de empregos e renda.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES



A trajetória do Brasil no combate à pobreza apresentou avanços significativos, tendo ultrapassado a meta estipulada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de reduzir a pobreza extrema pela metade. No entanto, como resultado da crise econômica recente, os índices de pobreza e extrema pobreza voltaram a subir em 2015, quando comparados a 2014, tendo o percentual de pobres no Brasil oscilado de 6,5% para 7,8% no período, enquanto os extremamente pobres passaram de 2,6% da população para cerca de 4,0%. Medidas recentes adotadas para contornar a crise, em conjunto com as ações de proteção social em curso, ajudarão a retomar o combate à pobreza como prioridade na estratégia de desenvolvimento nacional.

Para contribuir com o alcance das metas propostas para o ODS 1, a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), implementada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organiza em todo o território nacional a oferta dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais visando à redução da pobreza e à melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

Os serviços socioassistenciais são estruturados, conforme a complexidade das situações, em dois níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir situações de risco em famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Já a Proteção Social Especial é voltada para o atendimento de indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social de ameaça ou violação de direitos, tais como violência física, psicológica, abandono e negligência; abuso ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua e mendicância; trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia.

No campo da garantia de renda, ressaltam-se as melhorias efetuadas na gestão e focalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF). No Brasil, o BPC configura-se como um direito constitucional e consiste na garantia de uma renda mensal aos idosos e às pessoas com deficiência que vivem em situação de extrema pobreza (renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo). No segundo semestre de 2016, foram adotadas regras para o aumento da eficiência

VOLTAR PARA O ÍNDICE

BOX 1 » Políticas para o Desenvolvimento da Primeira Infância

Em outubro de 2016 uma nova ação – Programa Criança Feliz – foi criada e incluída no arranjo institucional da Política Nacional de Assistência Social. O Programa busca promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. A estratégia visa interromper o ciclo perverso em que a subnutrição e a pobreza atingem a primeira infância e comprometem o futuro de gerações, limitando as possibilidades de um grande contingente populacional.

Dentre os objetivos do Criança Feliz, destacam-se: o estímulo ao desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; a qualificação dos cuidados nos serviços de priorização do acolhimento de crianças afastadas do convívio familiar; e o desenvolvimento de ações de capacitação e educação permanente que abordem cuidados e atenções a gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. Um total de 2.547 Municípios já aderiu ao programa, cuja meta é acompanhar cerca de quatro milhões de crianças ao final de 2018.

Outra iniciativa relevante foi a criação do Comitê Intersectorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, em março de 2017. Com a finalidade de assegurar a articulação de ações destinadas à proteção e à promoção dos direitos da criança na primeira infância, o Comitê é formado por representantes da sociedade civil indicados pelos Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Saúde, de Assistência Social, de Educação e de Política Cultural, além de representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social, dos Direitos Humanos, da Saúde, da Educação, da Cultura e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Destaca-se ainda a sanção da Lei nº 13.431, de 2017, que organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. O novo marco legal cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, além de estabelecer medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

e melhoria da governança do BPC, como a obrigatoriedade de registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e a revisão bianual dos benefícios. A inscrição nos próximos dois anos de 2,7 milhões de pessoas no Cadastro Único, cerca de 60% dos beneficiários, e a revisão periódica, que não é realizada desde 2008, terão impacto de cerca de R\$ 2,2 bilhões em 2017, resultante do cancelamento de benefícios indevidos.

O Programa Bolsa Família, por sua vez, complementa a renda de famílias pobres e extremamente pobres, especialmente daquelas com crianças e adolescentes. Para recebimento do benefício, as famílias devem cumprir as condicionalidades de saúde e educação que consistem na frequência escolar e na vacinação das crianças e na realização de pré-natal, no caso das gestantes beneficiárias. Em junho de 2016, os valores dos benefícios tiveram reajuste de 12,5% e as linhas de pobreza e extrema pobreza foram alteradas para R\$ 170,00 e R\$ 85,00, respectivamente. O PBF atendeu, em dezembro

VOLTAR PARA O ÍNDICE

de 2016, cerca de 13,6 milhões de famílias (24% da população brasileira) com benefício médio da ordem de R\$ 181,15.

Também promovem o ODS 1 programas voltados para a melhoria das condições habitacionais da população mais vulnerável. O Programa Cartão Reforma, por exemplo, concede subsídio para compra de materiais de construção e assistência técnica de profissionais da área de construção civil às famílias beneficiadas, de forma que se possibilitem a reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais. Estão previstos o investimento inicial de R\$ 1 bilhão e o atendimento de 170 mil pessoas em 2017. Vale destacar que o programa atende famílias não contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que já contratou mais de 4,5 milhões de unidades habitacionais e entregou mais de 3,2 milhões de unidades, beneficiando aproximadamente 13 milhões de pessoas, até 31 de dezembro de 2016. Os investimentos, da ordem de R\$ 332 bilhões, têm forte impacto na economia do País em termos de geração de renda e empregos diretos e indiretos. Em 2017, a meta é contratar 600 mil unidades. Além disso, destaca-se a regulamentação do Programa Nacional de Habitação Rural, destinado a atender a agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Além dessas iniciativas, contribuem para o alcance do ODS 1 a Política Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (PNPDC) e o Programa Gestão de Riscos e Desastres do PPA 2016-2019, relacionando-se especialmente à meta 1.5 de *até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais*.

Considerando o caráter estratégico da regularização fundiária para o desenvolvimento urbano e rural e para a efetivação do direito constitucional à moradia, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 759, de 2016, disciplinando a Regularização Fundiária Rural e Urbana. Com o objetivo de reconhecer as ocupações informais e garantir a propriedade a famílias em condições mais vulneráveis, o regramento instituído favorece o acesso a serviços públicos, como saneamento e infraestrutura, além de crédito, ampliando suas possibilidades de consumo e investimento. No caso da regularização fundiária rural, o Governo Federal tem por meta entregar 250 mil títulos aos beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária até 2018.

ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Um conjunto de políticas públicas brasileiras é voltado para o combate à fome e à insegurança alimentar, que vai desde políticas de proteção social – em especial os programas de transferência de renda – até políticas específicas de fomento à produção agrícola, por meio da oferta de crédito e de programas de compras públicas da produção da agricultura familiar. O ODS 2 representa desafio adicional à meta dos ODM, de reduzir a fome pela metade, alcançada pelo Brasil.

A pobreza no Brasil tem traços acentuadamente rurais. O reduzido acesso à terra e à renda por parte dos pequenos agricultores está historicamente associado à concentração fundiária prevalente no País; aos índices muito baixos de formalização do trabalho no campo; e à escassez de serviços públicos nas áreas rurais. As políticas destinadas às pequenas unidades produtivas rurais – mais de 4 milhões de estabelecimentos por todo o País – construíram estratégias de superação da pobreza que se pautam fundamentalmente por ações de inclusão produtiva, conjugando proteção e promoção social, além da Regularização Fundiária Rural mencionada no ODS 1.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) adquire produtos da agricultura familiar, remunerando os produtores que fornecem alimentos a entidades socioassistenciais. As finalidades do programa estão ligadas ao cumprimento de diversos ODS na medida em que: i) incentiva a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; ii) incentiva o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; iii) promove o acesso à alimentação, na quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; iv) constitui estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; e v) estimula o cooperativismo e o associativismo.

VOLTAR PARA O ÍNDICE



VOLTAR PARA O ÍNDICE

Até o momento, o PAA adquiriu alimentos de 75,5 mil agricultores familiares e os distribuiu gratuitamente a 14,1 mil entidades (bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, unidades de educação, saúde e justiça, entre outras). Para ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar e promover melhorias efetivas das suas condições econômicas, o Governo Federal tem também estimulado ações de compras governamentais pelos órgãos públicos, e pretende destinar R\$ 2,5 bilhões até 2019.

É oportuno registrar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que reserva 30% dos recursos para compras da agricultura familiar no fornecimento das refeições a mais de 40 milhões de estudantes da educação básica, além de estimular a formação de hábitos nutricionais saudáveis.

Na área da produção agrícola cabe ainda destacar a Garantia Safra, que beneficia especialmente a população rural do semiárido brasileiro por meio de um seguro público contra os riscos de perda da produção agrícola. O programa teve a adesão de 991.853 agricultores familiares de 1.220 Municípios na safra 2015/2016. Em função da estiagem, 508.405 agricultores familiares com perda comprovada de produção já começaram a receber o pagamento do Garantia-Safra, no valor de R\$ 850,00.

Ainda em 2016, foi lançado o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) para fortalecer a produção agroecológica e orgânica, ampliar a oferta e o consumo de alimentos saudáveis, apoiar o uso sustentável dos recursos naturais e disseminar o conhecimento em agroecologia.

ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES

O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental para assegurar atenção à saúde e promover o bem-estar de todos os brasileiros. Hoje, uma parcela superior a 70% da população depende quase exclusivamente do SUS para receber os cuidados médicos de que precisa. Tal estrutura colaborou para o alcance da meta de redução de mortalidade na infância e para o combate ao HIV/Aids, malária e outras doenças, previstas pelos ODM.

O SUS contempla o acesso a bens e serviços de saúde em todos os níveis de atenção: provê aproximadamente 95% da atenção básica; financia quase 70% das internações no País; é o principal responsável pelos atendimentos de urgência e emergência; responde por quase todos os serviços de saúde pública (e.g. vacinação); provê cobertura para tratamentos de alto custo e alta complexidade, como a terapia antirretroviral para o HIV e os transplantes, entre outros.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) integra ações da atenção básica de prevenção e promoção da saúde por meio de equipes multiprofissionais (médicos, enfermeiros, auxiliares ou técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde), que atuam em áreas geográficas definidas e com populações adstritas. A ESF cobre mais de 60% da população e está presente principalmente em localidades menos afluentes (mais de 85% dos domicílios cadastrados têm rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 2 salários mínimos). A perspectiva é ampliar as Equipes de Saúde da Família para até 43 mil em 2017 e 46 mil em 2019.

VOLTAR PARA O ÍNDICE



VOLTAR PARA O ÍNDICE

Para expandir o acesso aos serviços básicos e alocar médicos nas periferias das grandes cidades, no interior e em regiões isoladas, o programa Mais Médicos alocou 18.240 médicos em 4.058 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo cobertura de atendimento a 63 milhões de brasileiros até 2016. A prioridade do Governo é tornar o País autossuficiente na oferta de médicos, ampliando a participação de profissionais brasileiros no Programa. A meta é chegar a 4 mil substituições de médicos cooperados por brasileiros em três anos.

Na população brasileira, alguns grupos e regiões ainda apresentam alta incidência de doenças infecciosas. Dessa forma, a saúde pública brasileira atua para combater esses agravos, especialmente por meio: i) do Programa Nacional de Controle da Tuberculose; ii) do Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária e da Política Nacional de Vigilância; e iii) das ações de Prevenção e Controle de HIV, Aids e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais.

Essas iniciativas propiciam diagnósticos e tratamentos padronizados na rede pública e algumas localidades estão inovando, ao introduzirem a busca ativa de casos com vistas ao tratamento de pessoas com tuberculose e malária. No combate ao HIV/Aids, o SUS trabalha com a prevenção por meio de campanhas de esclarecimento e pela distribuição massiva de preservativos, além da oferta de assistência médica integral, na qual o destaque é a garantia de acesso à terapia antirretroviral (TARV).

Ao longo de 2016, foram intensificadas as ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti* por meio do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes*. Esse plano possui três eixos: i) mobilização e combate ao mosquito; ii) cuidado e atendimento às pessoas; e iii) desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa.

Destaca-se também o investimento de R\$ 119 milhões para a compra de 3,5 milhões de testes rápidos para *zika vírus* em 2016 com o objetivo de suprir a rede de saúde por 12 meses. Produzidos por um laboratório brasileiro, os testes têm como público-alvo gestantes, crianças no primeiro ano de vida e pessoas com sintomas da doença e permite identificar se o paciente está ou já foi infectado pelo vírus *zika*.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

Não se pode dissociar a promoção de uma vida saudável e do bem-estar da preocupação de cuidados relacionados ao aumento da expectativa de vida da população e dos fatores de risco como obesidade, sedentarismo e estresse, que contribuem para o aumento contínuo da incidência de doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes. No âmbito do SUS, o programa Academia da Saúde disponibiliza infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados para atividades físicas, promoção da alimentação saudável, educação em saúde e modos de vida saudáveis. Em 2016, o Governo Federal apoiou 635 polos de academia da saúde.

Outros agravos que requerem intervenções intersetoriais são os decorrentes da violência no trânsito. Além da assistência às vítimas de acidentes, o programa Vida no Trânsito tem por objetivo reduzir os acidentes por meio de campanhas educativas, intervenção nos fatores de risco e qualificação dos sistemas de informação sobre acidentes, feridos e vítimas fatais. De forma complementar, o programa Mobilidade Urbana e Trânsito contribui ao apoiar os sistemas de transporte público coletivo urbano e promover ações de educação para a segurança viária e a prevenção de acidentes.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS



No Brasil, as mulheres representam pouco mais da metade da população, mas estão subrepresentadas nos postos de trabalho e espaços de poder. Apesar de mais escolarizadas em média, e assim ter possibilitado o alcance do ODM 3 pelo Brasil, ainda recebem salários menores e enfrentam mais obstáculos para se inserir e permanecer no mercado de trabalho.

As desigualdades de gênero se inter-relacionam às desigualdades regionais, de classe e de raça/cor, fazendo com que as mulheres das regiões mais pobres do País, as mulheres indígenas e as mulheres negras tenham também menos acesso aos serviços públicos, aos recursos econômicos e à participação política. Além disso, a violência doméstica ainda é um grave problema, que vem sendo enfrentado por meio de normas legais e políticas públicas. Portanto, a luta contra a desigualdade é a luta pela redistribuição dos recursos econômicos, políticos, culturais e simbólicos. Historicamente, são as mulheres, em especial as mais pobres, que têm sido deixadas para trás e alijadas do acesso aos ganhos e avanços obtidos pela humanidade.

O Programa Políticas para as Mulheres: promoção da igualdade e enfrentamento à violência foi construído com base em dois eixos fundamentais, a saber: i) promoção da igualdade, compreendendo a autonomia econômica, o fortalecimento da participação das mulheres na política e nas instâncias de poder e decisão; e ii) Política Nacional de Enfrentamento a todas as Formas de Violência contra as Mulheres.

No âmbito do eixo de promoção da igualdade, destaca-se a ação Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo o fomento de relações de trabalho mais igualitárias em empresas públicas e privadas e atinge 122 empresas inscritas.

Cabe mencionar, ainda, a iniciativa Mulher e Ciência, que no ano de 2016 abriu inscrições para a 11ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero com a finalidade de contribuir para o aumento da participação de meninas, jovens e mulheres em áreas científicas, tecnológicas e de inovação.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

Para o enfrentamento à violência, sublinha-se a aprovação de medidas legislativas importantes a exemplo da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio, como a inclusão do princípio da organização de atendimento público especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica no Sistema Único de Saúde pela Lei nº 13.427, de 30 de março de 2017.

Registra-se ainda que têm sido realizadas capacitações para organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde. O objetivo é tornar o atendimento mais humanizado, de modo que se reduza a exposição da pessoa que sofreu a violência, bem como oferecer elementos à responsabilização dos autores.

Outra iniciativa relevante no atendimento a vítimas de violência é a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, serviço de utilidade pública gratuito e confidencial. A Central recebe denúncias de violência, reclamações sobre serviços da rede de atendimento à mulher e orienta as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente. Em 2016, o Ligue 180 realizou mais de 1 milhão de atendimentos.

Os Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira buscam ampliar o atendimento e amparo a mulheres migrantes em situação de violência; enfrentar o tráfico de pessoas e a exploração sexual; orientar a regularização de documentação; prestar atendimento psicossocial; disponibilizar assistência jurídica e fazer o encaminhamento aos serviços do próprio Centro ou da rede de serviços especializados. Além disso, as Unidades Móveis – ônibus e barcos especialmente adaptados – ampliam o atendimento às mulheres rurais, do campo, das florestas, quilombolas e das águas, em situação de violência.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

CONSTRUIR INFRAESTRUTURA RESILIENTE, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL, E FOMENTAR A INOVAÇÃO



Para o desenvolvimento sustentável, tão importante quanto a construção e manutenção de uma infraestrutura econômica e social adequada – energia, transporte, telecomunicações e fornecimento de água e esgoto, habitação, hospitais, escolas – é a existência de um sistema nacional de inovação capaz de incorporar, adaptar e produzir novas tecnologias.

Ações voltadas para infraestrutura, inovação, ambiente de negócios e qualificação da mão de obra, entre outras, adquirem relevância cada vez maior na agenda do Governo Federal. Nesse sentido, alcançar o ODS 9, ou seja, *construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação*, integra a estratégia brasileira para retomar o crescimento econômico com inclusão social.

O investimento em infraestrutura energética, por exemplo, é visto como um dos fatores essenciais à erradicação da pobreza, uma vez que a disponibilização de energia, em abundância, a um baixo custo sempre foi considerada um dos principais fatores para o bem-estar e o desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo, e em linha com o desenvolvimento sustentável, a matriz energética brasileira permanece como uma das mais limpas do mundo: em 2014, quase 40% da oferta interna de energia resultaram do uso de fontes renováveis (15,7% foram oriundas da biomassa de cana, 11,5% de hidrelétricas, 8,1% de lenha e carvão vegetal, e 4,1% de lixo e outras fontes, como eólica e solar), em comparação aos 13,2% da média mundial. A energia eólica é a que mais cresce atualmente. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica, em seis anos a capacidade instalada deve aumentar quase 300%.

Diversas iniciativas do Governo brasileiro têm sido tomadas com o objetivo de ampliar investimentos em infraestrutura, como o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) criado para gerar empregos e crescimento para o País por meio de novos aportes de recursos em projetos de infraestrutura e de desestatização, o qual consolida e aperfeiçoa a estratégia de privatização do financiamento e da operação desses empreendimentos.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

O PPI reforça a coordenação das políticas de investimentos em infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado. O objetivo é reformular o modelo de concessões no Brasil, além de fortalecer a segurança jurídica, a estabilidade regulatória e modernizar a governança. O Programa possibilitará oportunidades de negócios e ajudará o Brasil a retomar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

No âmbito do programa, quatro aeroportos leiloados - Porto Alegre - RS, Salvador - BA, Florianópolis - SC e Fortaleza - CE - foram arrematados pelo valor total de R\$ 3,72 bilhões, com ágio de 93,75% em relação à oferta mínima prevista (R\$ 754 milhões). Somadas, as propostas vencedoras representam a maior contribuição fixa ao sistema aeroportuário.

O Governo Federal leiloou os terminais portuários de Santarém-PA (R\$ 68,2 milhões) e o terminal de passageiros do Porto de Salvador-BA (R\$ 8,5 milhões), além disso arrendou a área e infraestrutura públicas para movimentação e armazenagem de grãos sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, do Porto Organizado do Rio de Janeiro-RJ (R\$ 515,797 milhões).

O Brasil conta com uma densa estrutura de pesquisa científica e tecnológica, desde laboratórios de pesquisa até plantas-piloto e observatórios. Um mapeamento recente feito pelo Ipea identificou cerca de dois mil laboratórios e outros centros em mais de uma centena de universidades e instituições de pesquisa brasileiras. Além disso, mais de 70% dessas unidades passaram por investimentos significativos há menos de cinco anos, e boa parte fez o último investimento há menos de um ano. Esses avanços na atualização e ampliação do sistema de ciência e tecnologia do País é uma resposta aos aportes de recursos de várias fontes realizados nos últimos anos, especialmente dos fundos setoriais, por meio do Fundo Setorial de Infraestrutura, o CT-Infra.

Já na área de ciência, tecnologia e inovação, em decorrência do fortalecimento das instituições, das políticas e da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nas últimas décadas, o Brasil também conta hoje com um arcabouço de instrumentos para fomentar a inovação semelhante ao utilizado na maioria dos países desenvolvidos, que vão desde o apoio financeiro direto, crédito, incentivos fiscais, além de medidas regulatórias. O Programa Nacional Conexão Startup Indústria, por exemplo, tem o objetivo de identificar as demandas da indústria e mapear as *startups* (empresas nascentes) que possam atender a essas necessidades. Serão destinados, até o final de 2017, R\$ 10 milhões para essa ação.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

O programa Minha Cidade Inteligente foi concebido a partir do programa Cidades Digitais e do Brasil + Inteligente. O programa leva às cidades brasileiras uma rede de fibras óticas para conectar órgãos públicos e cidades à internet, com o fim de modernizar a gestão municipal e o uso dos serviços de governo. As localidades também vão contar com soluções de cidades inteligentes que permitirão, por exemplo, monitoramento da segurança, transporte e iluminação pública. Em duas chamadas públicas, o Cidades Digitais selecionou 334 Municípios em todo o País. O investimento previsto até a conclusão do programa é de mais de R\$ 241 milhões, que serão aplicados na construção de 987km de redes, na conexão de mais de 6 mil pontos e na implantação de 840 praças de acesso gratuito.

Outra iniciativa relevante na área de inovação em infraestrutura é o lançamento, realizado em maio de 2017, do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que viabilizará a comunicação entre os órgãos e as entidades da administração pública federal, a segurança nas transmissões de informações e a expansão da banda larga em localidades remotas. O satélite vai possibilitar, por exemplo, que escolas, hospitais e postos de saúde em locais mais afastados tenham acesso à internet banda larga, permitindo o intercâmbio de informações.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS, DOS MARES E DOS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

VOLTAR PARA O ÍNDICE



Os mares e oceanos cobrem pouco mais de dois terços da superfície da Terra, proveem uma variedade de recursos para a humanidade e abrigam uma rica biodiversidade. As políticas nacionais para os mares e os recursos marinhos refletem fortemente os compromissos assumidos pelo País em convenções e tratados internacionais, com destaques para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Convenção Sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

A zona costeira do Brasil possui uma área de aproximadamente 514 mil km², dos quais 324 mil km² correspondem ao território dos Municípios costeiros distribuídos em 17 Estados. Dezenove das 36 regiões metropolitanas brasileiras encontram-se no litoral. Pelos dados do último censo demográfico (2010), 45,7 milhões de pessoas, (24% da população do País) residiam na zona costeira, o que impõe pressões sobre os recursos naturais. Por outro lado, as áreas de grande adensamento populacional são intercaladas por amplas extensões com ocupações dispersas, habitadas por uma diversidade de populações tradicionais, como pescadores artesanais, remanescentes de quilombos e povos indígenas.

O Brasil, por meio do planejamento governamental, desenvolve programas com a finalidade de promover a conservação e o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos, e que contribuem para a erradicação da pobreza, promovendo a prosperidade e considerando um mundo em transformação.

O Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica orienta a formação de recursos humanos, as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento e ao uso sustentável dos recursos do mar, em especial da Antártica, assim como o desenvolvimento das ações que possibilitaram a implementação da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). São objetivos do Programa: garantir a presença brasileira na

VOLTAR PARA O ÍNDICE

região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica para a preservação do meio ambiente; pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Brasileira; promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável; promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas; e estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.

Nesse sentido, ressalta-se a posição do Governo Federal em estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas, e em levar o Brasil à vanguarda da pesquisa em oceano profundo, por meio da assinatura entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) do contrato para exploração de crostas ferromanganesíferas ricas em cobalto na Elevação do Rio Grande.

Com relação ao gerenciamento costeiro, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), um dos instrumentos previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, é uma ação focada em ordenar os espaços litorâneos. Nesse sentido, está em andamento a atualização do Macrodiagnóstico de 100% da zona costeira, a ser alcançada até 2019. No caso do Projeto Orla, a meta é ampliar de 5% para 20% o total de Municípios costeiros com diretrizes de uso e ocupação definidas, de forma que possam enfrentar o conflito entre a fragilidade dos ecossistemas costeiros e o crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular da orla, bem como o aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes.

Destaca-se aqui a relação com o Programa Mudança do Clima, no que diz respeito a promover a adaptação do País aos efeitos das mudanças do clima na zona costeira e marinha, por meio da implementação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), lançado em 2016.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

O Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade tem desenvolvido ações para a ampliação da cobertura e o fortalecimento e estruturação da gestão de unidades de conservação na zona costeira e marinha; a redução do risco de extinção das espécies ameaçadas e o controle de espécies exóticas invasoras. Com relação às unidades de conservação, as metas até 2019 incluem a consolidação de 11 unidades de conservação federais e a expansão do sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas do atual índice de 1,5% para 5% do território marinho brasileiro (equivalente a 17,5 milhões de hectares).

Além disso, o País tem buscado contribuir para a conservação do meio ambiente também pela elevação da renda e pela inclusão social e produtiva das comunidades residentes em unidades de conservação de uso sustentável, inclusive aquelas da zona costeira e marinha. Em 2016, 12,1 mil famílias residentes em áreas federais protegidas de uso sustentável estavam sendo atendidas pelo Programa Bolsa Verde, criado para esse fim.

Com relação ao Programa Pesca e Aquicultura, nos últimos anos foram elaborados planos de gestão de recursos pesqueiros abrangendo várias espécies relevantes (lagostas, sardinhas, siris, caranguejos, camarões, tainhas, elasmobrânquios e cavalos-marinhos), atualmente em diferentes graus de implementação. Ademais, foram publicadas diversas normas de pesca visando à proteção de espécies da megafauna marinha biologicamente vulnerável. Destaca-se, ainda, o sistema de monitoramento de embarcações por satélite (*Vessel Monitoring System* – VMS) que inclui mais de 2 mil embarcações rastreadas, sendo utilizado nas ações de fiscalização no litoral brasileiro de forma a combater a pesca ilegal.

VOLTAR PARA O ÍNDICE

FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que prescreve o fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável diferencia-se dos demais na medida em que seu foco é garantir os meios para cada país alcançar os ODS.

Instituições Financeiras Internacionais

Em 2016, foram firmados acordos e compromissos para ampliar e consolidar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais, em especial no Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual a quota brasileira passou de 1,78% para 2,32%, no Banco Mundial e no G-20.

O Brasil participa ativamente do diálogo internacional em favor de maior estabilidade macroeconômica global. Desde o início, o Governo brasileiro tem apoiado a agenda do G20 de aperfeiçoamento da regulação financeira internacional e se empenhado em implementar, nos prazos estabelecidos, as reformas regulatórias acordadas, buscando convergência com as normas internacionais e maior solidez e segurança do sistema financeiro nacional e internacional.

O País tem sublinhado, contudo, a importância de os organismos internacionais de normatização levarem em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento dos mercados financeiros no momento de elaboração e recomendação de novas normas e regulações. Nem todas as recomendações válidas para economias avançadas são aplicáveis, ou até mesmo desejáveis, para os países emergentes e em desenvolvimento.

Em 2016, o Brasil também ratificou a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Assuntos Fiscais da OCDE, que passou a vigorar no País a partir de 1º de janeiro de 2017. Essa adesão do Brasil permitirá que o País participe, a partir de 2018, das trocas automáticas de informação que

VOLTAR PARA O ÍNDICE

ocorrerão sob a égide desse instrumento entre as cerca de 100 jurisdições que já se comprometeram com a iniciativa. Isso tem permitido, junto com a troca de informações financeiras por meio do *Foreign Account Tax Compliance Act* dos EUA, a regularização de ativos brasileiros no exterior e o consequente incremento da receita tributária.

Outra importante iniciativa foi o acordo para a criação, pelos países membros dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), do Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank – NDB*). Com o lema “*Construindo o Futuro Sustentável*” (*Building Sustainable Future*), a instituição conta com um aporte inicial de 50 bilhões de dólares americanos para a execução de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentáveis.

Comércio Internacional

Em conformidade com a meta 17.10, o Brasil continua a priorizar a Organização Mundial do Comércio (OMC) como ferramenta central para promoção do desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo em escala global.

O contexto atual é especialmente desafiador para a OMC e para o comércio internacional. Desde 2009, a recuperação econômica tem sido lenta e desigual, com o declínio dos empregos industriais no mundo desenvolvido, a perda de dinamismo econômico em algumas economias em desenvolvimento, a volatilidade financeira e o baixo crescimento do comércio internacional.

Nesse sentido, o objetivo do Brasil permanece sendo o alcance de resultados tangíveis na 11ª Conferência Ministerial da OMC (MC11), em Buenos Aires, em dezembro de 2017. O País continuará a apoiar os termos da Agenda de Desenvolvimento de Doha como uma referência nas negociações.

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A cooperação para o desenvolvimento tem sido componente das relações internacionais do Brasil há décadas. Contribui para o avanço de importantes iniciativas de fomento econômico, inclusão social e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o País apoia o desenvolvimento de outras nações que enfrentam desafios semelhantes aos da sociedade brasileira.

O Plano Plurianual 2016-2019 do Governo Federal estabelece diversas iniciativas de cooperação técnica, educacional, intercâmbio científico-tecnológico, ações humanitárias com foco em resiliência, proteção e apoio a refugiados, participação em operações de manutenção da paz associadas a

VOLTAR PARA O ÍNDICE

outras modalidades de cooperação internacional, além da negociação de operações financeiras junto a governos e organismos internacionais com foco no desenvolvimento.

A cooperação técnica internacional é uma importante e diversificada modalidade da contribuição do País em prol do desenvolvimento de capacidades institucionais e individuais de países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe, da África, Ásia e Oceania.

Dentre as principais áreas de cooperação técnica, destacam-se: agricultura (agricultura e pecuária, agricultura familiar e segurança alimentar); saúde pública (saúde materno-infantil, produção de fármacos, enfrentamento de endemias, formação de profissionais, vigilância sanitária, etc.); educação; administração pública (pesquisa econômica aplicada, formulação de políticas públicas, etc.); desenvolvimento urbano; direitos humanos; e meio ambiente. O Governo brasileiro também tem desenvolvido ações de intercâmbio de especialistas para troca de informações sobre experiências em energias renováveis, não renováveis e eficiência energética.

Em sua condição de país-sede da Conferência RIO+20 e com firme compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Governo brasileiro tem grande expectativa na formulação de novos modelos de parceria que impulsionem e fortaleçam os meios de implementação do desenvolvimento sustentável.

9

CONCLUSÕES, DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

Este primeiro Relatório Nacional Voluntário é um retrato dos desafios que temos pela frente e que deverão orientar os esforços de planejamento e monitoramento das políticas públicas brasileiras nos próximos anos. O presente documento constitui um diagnóstico da situação do País na trajetória rumo à erradicação da pobreza e à promoção de um Brasil mais próspero e sustentável, além de possibilitar reflexões sobre os próximos passos necessários para implementar a Agenda 2030.

A Agenda 2030 é, em essência, um plano de ação que servirá de estratégia para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, o que, por sua vez, evidencia a interdependência e a necessidade de equilíbrio entre essas três dimensões no exercício do planejamento e da implementação de políticas públicas no mundo. Conduz a ações menos setorializadas e permite a integração de políticas públicas e seus contextos de execução de forma mais holística. Esse plano de ação, amplo e ambicioso, transcende mandatos políticos e encontra seu primeiro e mais importante desafio na demanda por planejamento de longo prazo.

Logo nas primeiras incitações realizadas no Relatório está a premência de articulação e mobilização das redes de atores para enfrentar a complexidade de implementação do compromisso global. Sobretudo no que diz respeito à coordenação de ações e iniciativas integradas para internalizar e interiorizar os ODS, será necessário um esforço que abranja os diversos setores da sociedade civil e governos em suas variadas esferas.

A natureza da Agenda 2030 é global, no entanto, sua finalidade e suas metas dialogam diretamente com as políticas e ações de âmbito nacional, regional e local. Levar em consideração os contextos subnacionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desde o estabelecimento dos propósitos, até a determinação dos meios de implementação, é passo essencial para o êxito no cumprimento da Agenda. A internalização e a interiorização constituem, portanto, desafios centrais na aplicabilidade dos ODS no território brasileiro.

Se a interiorização dos Objetivos nos Municípios representa uma oportunidade para mitigar a grande disparidade regional, social e econômica no território nacional, a adoção e incorporação das metas dos ODS nos planos de governo subnacionais transpassa a capacidade de mobilização do Governo Federal. Nesse sentido, a participação da sociedade civil é basilar para o cumprimento da Agenda 2030. Em termos de mecanismos institucionais, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é, sobretudo, um espaço institucionalizado de intercâmbio e de cooperação entre as instâncias de governo e os segmentos da socieda-

de civil, com o desafio de articular e coordenar o diálogo entre os diversos atores, além de impulsionar e acompanhar a Agenda 2030.

As iniciativas de engajamento dos governos subnacionais, da sociedade civil, do Legislativo e do TCU mostram o modo como os diferentes atores vêm incorporando o propósito da Agenda 2030. Desde a formação de mecanismos e redes de coordenação de ações e iniciativas, por parte da sociedade civil, até a avaliação dos processos de institucionalização e internalização da Agenda pelo Governo brasileiro, por parte do órgão de fiscalização superior, observa-se uma relevante mobilização envidada em prol dos ODS.

No que tange à participação internacional do Brasil na discussão sobre indicadores, o órgão estatístico nacional tem atuado para estabelecer um conjunto de indicadores mais adequado à realidade, às iniciativas e às prioridades nacionais.

O Fórum Político de Alto Nível de 2017

O tema central da sessão do Fórum Político de Alto Nível de 2017, Erradicar a pobreza e promover a prosperidade em um mundo em transformação, traz em seu bojo três questões cruciais para os ODS: pobreza, prosperidade e transformação. O Capítulo 8 deste Relatório apresentou, então, políticas de erradicação da pobreza no Brasil e, igualmente, registrou a maneira como as dimensões social, econômica e ambiental estão intrinsecamente relacionadas com a erradicação ou perpetuação da pobreza.

Na dimensão social, apresentaram-se avanços nas áreas de erradicação da pobreza e da fome, da promoção de vidas saudáveis e da igualdade de gênero. Na dimensão econômica, destacam-se as áreas de infraestrutura, industrialização e inovação. Na dimensão ambiental, o Relatório retratou brevemente os caminhos trilhados pelo Brasil para proteger seus oceanos, mares e recursos marinhos.

Pode-se afirmar que um dos maiores avanços sociais no Brasil nas últimas décadas se deu no combate à pobreza extrema. A redução mencionada somente foi possível graças ao aperfeiçoamento de políticas que alargaram as bases da proteção social no País. Também contribuíram para esse processo a formalização do mercado de trabalho, a expansão do acesso ao crédito e ao consumo e a valorização do salário mínimo. Os sucessos verificados no Brasil nos últimos anos, no entanto, não devem ofuscar o imperativo de o País acelerar o processo de inclusão social em curso.

Os principais desafios para o Brasil sugerem a necessidade de tratamento multidimensional do ODS 1 de *Acabar com a pobreza em todas as suas formas*. É preciso não apenas promover o aumento da renda monetária dos mais pobres, mas procurar superar todas as demais privações decorrentes da pobreza. Outras esferas do desenvolvimento, tais como a de infraestrutura em transporte, energia e saneamento básico, que poderiam melhorar a capacidade produtiva do Brasil, representam nos grupos mais pobres certo acúmulo de vulnerabilidades. Para as políticas públicas, o desafio é solucionar essa sobreposição de desvantagens.

No que diz respeito à saúde, ao contar com um sistema público universal e gratuito, o Brasil encontra-se em posição privilegiada para perseguir as metas definidas para os ODS. O País precisa, porém, ainda lidar com questões que têm se mostrado de difícil solução, como a elevada incidência de doenças transmitidas por mosquitos e o aumento contínuo de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes.

A superação das desigualdades de gênero e o combate à violência contra as mulheres demandam atuação sistemática dos governos e sociedade. A despeito do significativo arcabouço normativo disponível no Brasil para enfrentar a questão, o sobrepujamento das disparidades de gênero ainda constitui em desafio importante para o País, em especial às mulheres pobres e negras, em que a sobreposição de desigualdades constrói cenário de complexas vulnerabilidades. O acesso aos serviços públicos, aos recursos econômicos e à participação política deve orientar a implementação e o aperfeiçoamento de ações rumo à equidade.

Para introduzir a questão ambiental no âmbito dos ODS, o Relatório apresenta algumas inter-relações entre pobreza e meio ambiente. Por trás de números que indicam a detenção de um enorme capital natural, o Brasil também enfrenta uma série de questões ambientais que afetam sua população e atingem, principalmente, os mais pobres.

A garantia de acesso ao saneamento básico – tratamento de esgotos e gestão de resíduos sólidos – deve receber importante atenção, uma vez que é o tipo de degradação ambiental mais frequente nas cidades brasileiras e com impactos muito adversos na saúde da população. Além disso, a crescente urbanização no País gerou problemas ambientais, com consequências sociais: precárias condições de habitação para as populações mais pobres, frequentemente estabelecidas de forma irregular em áreas como margens de rios e encostas de morros, o que torna essa população mais suscetível a desastres naturais, tais como enchentes e deslizamentos de terra.

A água, apesar de abundante, é desigualmente distribuída no território. Na região Nordeste, onde vive quase um terço da população brasileira, há secas severas e periódicas, particularmente no semiárido. A pressão populacional sobre a base frágil de recursos naturais, por sua vez, agrava os fatores que levam à desertificação. Sem intervenção estatal, esse círculo vicioso de causa e efeito pode levar a um cenário de ampliação das áreas suscetíveis a esse fenômeno, com impacto na produção agrícola, o que gera, conseqüentemente, o aumento da pobreza para a região.

Como destaque, em termos ambientais, menciona-se que a matriz energética brasileira permanece como uma das mais limpas do mundo. A diversificação do conjunto de recursos energéticos do Brasil, com o incremento da participação de fontes renováveis, aliada a uma tática de aumento na eficiência do setor, é uma estratégia essencial, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, e dialoga diretamente com os objetivos da Agenda 2030.

Na dimensão econômica, o Relatório levantou ações no plano fiscal – maior disciplina dos gastos e aumento da poupança pública – como uma das grandes exigências para o Governo brasileiro. Outro desafio apontado será retomar e ampliar significativamente os investimentos em infraestrutura, por meio da criação de um novo paradigma de financiamento, em que as fontes privadas adquirem relevância, além da implementação de um conjunto de iniciativas para fortalecer a segurança jurídica e a estabilidade regulatória.

Em termos de ciência, tecnologia e inovação, observa-se que a diversificação do sistema de CT&I é necessária não apenas por meio de novas políticas e instrumentos, mas também por meio de novos modelos institucionais. Para consolidação do sistema de inovação serão necessárias atualizações, como, por exemplo, investir em *big science* e em infraestruturas de pesquisa abertas; ampliar o investimento público em P&D orientado para resultados; internacionalizar a ciência brasileira, com maior fluxo de pessoas e ideias.

Por fim, sobre parcerias e meios de implementação, em sua condição de país-sede da Conferência RIO+20 e com firme compromisso com a Agenda 2030, o Governo brasileiro tem grande expectativa na formulação de novos modelos de parceria que impulsionem o êxito dos ODS e em contribuir para o desenvolvimento sustentável em países parceiros, o que corresponde inequivocamente ao espírito da nova agenda.

Considerações finais

A notável heterogeneidade da realidade social no território brasileiro culmina com o desafio constante de aprimoramento dos instrumentos de gestão e de governança. Os arranjos institucionais para contemplar a amplitude e profundidade das transformações propostas pela Agenda 2030 passam o desafio da coordenação entre áreas de governo e outros atores na busca pela compreensão da integração e interseções entre as dimensões ambiental, social e econômica.

Pode-se mencionar, ainda, a necessidade de processo sistemático de avaliação e monitoramento das políticas públicas com vistas não só a garantir maior eficiência na execução de programas, mas também a otimizar a qualidade do gasto público. A questão que emerge, portanto, é de que modo tornar o setor público mais eficiente para garantir a continuidade e melhoria de políticas públicas que visam ao cumprimento da Agenda 2030.

Outro desafio importante diz respeito à melhoria da capacidade institucional dos Municípios brasileiros e de uma articulação maior entre as três esferas da administração pública. Uma Agenda tão complexa e integrada exige esforços multilaterais da ação governamental, da mesma forma que enfrentar o acúmulo de desigualdades estruturais e sobrepostas não é função exclusiva do Estado. Por conseguinte, as parcerias e redes com diferentes atores da sociedade civil tornam-se imperativas para o alcance dos ODS.

A Agenda 2030 é uma oportunidade ímpar para o Brasil lidar com suas mazelas históricas no que se refere à redução da desigualdade. A estratégia global vai ao encontro do fato de que a diminuição das disparidades regionais brasileiras só será efetivamente confrontada se for objeto de atuação coordenada e convergente de diversas políticas públicas, com expressão real no território, que se refletem nos 17 ODS e em suas 169 metas. O desafio brasileiro de redução das nossas históricas desigualdades dialoga integralmente com a estratégia de ação da Agenda 2030.

Os próximos passos para os quais este Relatório aponta compreendem, por fim, o aprimoramento da gestão pública, desde a produção de estatísticas à execução de programas setoriais, passando pelo exercício da governança e da articulação de redes de atores. A complexidade inerente à implementação dos pontos da Agenda 2030, na abrangência recomendada, exige um permanente esforço de coordenação e integração das políticas sociais, econômicas e ambientais; de interação dos diferentes níveis de governo, bem como do governo com a sociedade.

